

Revista dos bancários



Edição Especial - Nov/Dez | 2013



DUPLA VITÓRIA

- Aumento real pelo 10º ano seguido
- Adiamiento do PL da terceirização

Com ousadia, unidade e mobilização

3	Editorial	34	<ul style="list-style-type: none"> ■ Banpará Bancários comemoram conquistas
4	Campanha Nacional 2013 Vitória da ousadia, da unidade e da mobilização	35	<ul style="list-style-type: none"> ■ Banestes Bom acordo com a maior mobilização ■ Banrisul Greve melhora PLR dos funcionários ■ BRB Comissão discutirá plano de carreira ■ Banese Abono e mais delegados sindicais
6	Remuneração	36	Segurança bancária
9	<ul style="list-style-type: none"> ■ 10 anos de aumento real 	37	<ul style="list-style-type: none"> ■ Projeto-piloto testa medidas contra assaltos ■ Projeto estatuto de segurança privada
10	<ul style="list-style-type: none"> ■ Avanço na PLR 	38	Reestruturação produtiva
11	<ul style="list-style-type: none"> ■ A evolução da PLR dos bancários 	39	<ul style="list-style-type: none"> ■ Seminário vai debater mudanças tecnológicas e organizacionais
12	<ul style="list-style-type: none"> ■ Conquistas injetam mais de R\$ 8,7 bi na economia 	40	<ul style="list-style-type: none"> ■ Um setor em permanente transformação ■ Meios de pagamento móveis. E o celular vira banco
14	Condições de trabalho	42	Não ao PL 4330
16	<ul style="list-style-type: none"> ■ Bancários obtêm grupo de trabalho para investigar adoecimento dos bancários 	43	<ul style="list-style-type: none"> ■ Luta e pressão dos bancários garantem vitórias ■ Das ruas ao Congresso, 7 meses de mobilizações
17	<ul style="list-style-type: none"> ■ Bancos ficam proibidos de enviar torpedos cobrando resultados ■ Folga-assiduidade e outras conquistas ■ Prazo menor para apurar assédio moral 	44	<ul style="list-style-type: none"> ■ Trabalhadores ocupam a Câmara
18	Vale-cultura Mobilização garante conquista inédita	45	<ul style="list-style-type: none"> ■ Dia Nacional de Luta ■ Dia Nacional de Luta e Mobilização
19	Não ao desconto dos dias parados Resistência dobra os banqueiros	47	<ul style="list-style-type: none"> ■ A busca e conquista de apoio na sociedade ■ A pressão nos estados
20	Emprego	48	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atores aderem à campanha ■ O que aconteceria se o PL fosse aprovado
24	Organização	49	Igualdade de oportunidades
27	<ul style="list-style-type: none"> ■ Democracia e participação ■ Mídia da Campanha Nacional impulsionou mobilização 	50	<ul style="list-style-type: none"> ■ Il Censo da diversidade sai no primeiro semestre de 2014
28	Banco do Brasil Novos avanços também no acordo específico	51	<ul style="list-style-type: none"> ■ Desigualdades entre negros e brancos aumentam, apesar de programas sociais ■ Média salarial de negros é 36% menor, aponta Dieese
32	Caixa Avanços na Fenaban e no acordo específico	52	Agenda política
34	Bancos públicos	53	<ul style="list-style-type: none"> ■ País precisa de reformas política, tributária e das mídias. E rediscutir o sistema financeiro
	<ul style="list-style-type: none"> ■ Banco do Nordeste Acordo garante novas conquistas ■ Banco da Amazônia Avanços, mas com retrocesso na PLR 	54	<ul style="list-style-type: none"> ■ Reforma política para fortalecer a democracia
		56	<ul style="list-style-type: none"> ■ Por uma Conferência do Sistema Financeiro ■ Campanha da Lei da Mídia Democrática já está nas ruas ■ Por que o Brasil precisa de um novo marco regulatório das comunicações
		58	<ul style="list-style-type: none"> Reforma tributária para corrigir injustiças

e d i t o r i a l

Duas grandes vitórias

Os bancários estão de parabéns, mais uma vez. Temos muito a comemorar. E não apenas por uma, mas por duas vitórias em duas batalhas maiúsculas travadas neste segundo semestre que se aproxima do final.

O primeiro êxito, mais óbvio, foi na Campanha Nacional. Em mais uma fantástica demonstração de ousadia, de unidade e de mobilização, a categoria fez uma greve de até 26 dias, com o maior índice de paralisação em mais de 20 anos, para conquistar aumento real de salário pelo décimo ano seguido, valorização ainda maior dos pisos e outros avanços econômicos e sociais, mostrados em detalhes ao longo desta publicação.

A façanha ganha mais brilho em contraste com o cenário difícil em que a batalha foi travada.

Apesar de ter levado o mundo ao precipício na crise iniciada em 2008, provando que é uma alternativa inviável para a humanidade, a trupe neoliberal capitaneada pelo mercado financeiro está na ofensiva política em todo o planeta. Tenta impor suas regras nos quatro continentes. Está destruindo o estado de bem-estar social na Europa, erigido em um século de lutas pelos trabalhadores. O resultado é que, tanto na Europa como nos Estados Unidos, cresce a concentração da renda e a pobreza.

No Brasil, além de exigir juros mais altos sob o falso pretexto de combater a inflação e de tentar destruir o Estado

desenvolvimentista, outra obsessão dos neoliberais consiste em interromper a trajetória de conquistas dos trabalhadores e demais avanços sociais recentes.

Como Robin Hood às avessas, o ataque neoliberal pode ser resumido por uma frase do banqueiro Marc Tourneuil no filme *O Capital*, de Costa Gravas, que estreou no Brasil durante a greve nacional dos bancários: “Retirar dos pobres para dar aos ricos”.

Os bancários iniciaram a Campanha Nacional deste ano no meio dessa guerra. A estratégia dos bancos era claríssima: chega de aumentos reais e de novas conquistas. Eles forçaram assim os bancários a irem à greve, certos de que não haveria mobilização e que venceriam pelo cansaço.

Os bancários aceitaram o desafio e mais uma vez, com ousadia, unidade e mobilização, provaram do que são capazes. Forçados a recuar, os banqueiros tentaram no último momento impor uma derrota política aos trabalhadores, exigindo o desconto de todos os dias parados em 180 dias.

Representada na mesa de negociação pelo Comando Nacional, a categoria resistiu, forçando os bancos a mais um recuo. Não haverá desconto, mas apenas compensação dos dias parados até 15 de dezembro, no máximo com uma hora diária, de segunda a sexta.

Durante a greve, os



Jailton Garcia

Carlos Cordeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e da UNI Américas Finanças e coordenador do Comando Nacional dos Bancários

trabalhadores impuseram outra derrota importante ao patronato, ao conseguirem, com muita mobilização, adiar a votação na Câmara dos Deputados do PL 4330, que legaliza a precarização no país, incluindo terceirização das atividades fins.

Foi uma vitória histórica, na qual os bancários tiveram participação especial, como você pode conferir na página 42. E mais uma derrota da Fenaban, que coordenou a bancada patronal no Congresso Nacional pela aprovação do projeto de lei da terceirização.

É preciso ter claro, porém, que vencemos algumas batalhas, mas ainda não a guerra contra essa ofensiva do capital para impor a precarização do trabalho e assim aumentar seus lucros. A ameaça do PL 4330 continua rondando o Congresso. Não podemos nos descuidar enquanto o projeto não for definitivamente retirado de pauta. Os bancários, como sempre, estão vigilantes, revigorados e prontos para qualquer batalha.



Maurício Morais

VITÓRIA

DA OUSADIA, DA UNIDA

Graças à ousadia da categoria, à força da mobilização e à unidade nacional, os bancários realizaram em 2013 a maior greve em mais de 20 anos, arrancando aumento real de salário pelo décimo ano consecutivo, valorização ainda maior dos pisos, melhoria na PLR e importantes avanços econômicos e sociais.

A greve nacional começou no dia 19 de setembro paralisando 6.145 agências e centros administrativos e foi crescendo dia a dia, chegando a fechar 12.140 estabelecimentos no 22º dia, durando até 26 dias e encerrando em 14 de outubro.

A Convenção Coletiva de Trabalho (CCT),

assinada no dia 18 de outubro, incorporou 8,0% de reajuste sobre os salários e demais verbas (aumento real de 1,82%), 8,5% sobre o piso salarial (ganho real de 2,29%) e 10% sobre o valor fixo da regra básica e sobre o teto da parcela adicional da PLR. Também aumentou de 2% para 2,2% o lucro líquido a ser distribuído linearmente na parcela adicional da PLR e avançou em outras reivindicações econômicas e sociais.

Apresentada no 22º dia da greve, a proposta evoluiu depois que os bancos recuaram da proposta inicial de compensar todos os dias de greve em 180 dias, aceitando compensar no máximo uma hora extra diária, de segunda a sexta-feira, até 15 de dezembro - a partir da assinatura do acordo.

A CCT 2013/14 inclui ainda quatro novas



São Paulo



Brasília



Curitiba

Joka Madruga

DE E DA MOBILIZAÇÃO

cláusulas: proibição de os bancos enviarem SMS aos bancários cobrando resultados, folga-assiduidade de um dia por ano, constituição de grupo de trabalho com especialistas para apurar as causas dos adoecimentos dos bancários e adesão ao programa de vale-cultura do governo, no valor de R\$ 50,00 por mês.

“Os bancários estão de parabéns por essa vitória histórica. Deram mais uma grande demonstração de força, dobrando a intransigência dos bancos, que este ano tinham a estratégia clara de acabar com os aumentos reais e rebaixar conquistas para reduzir custos, de vencer os bancários pelo cansaço e de punir os grevistas com o desconto dos dias parados. Foi a vitória da mobilização, da ousadia e da unidade”, avalia Carlos Cordeiro,

presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

“Conseguimos aumento real e quem participou sabe muito bem como foi difícil avançar. Foram muitos dias de paralisação e agora, para quem fez parte da mobilização, a sensação da conquista é ainda melhor. Avançamos mais uma vez”, acrescenta Juvandia Moreira, presidente do Sindicato de São Paulo e da coordenação do Comando Nacional dos Bancários.

Veja nas próximas páginas as principais conquistas na CCT assinada com a Fenaban e nos acordos aditivos específicos firmados com Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNB, Banco da Amazônia, Banrisul, Banpará, BRB, Banese e Banestes.

10 anos de aumento real

18,3% de aumento real

Com a greve da Campanha Nacional 2013, os bancários conquistaram aumento real de salário pelo décimo ano consecutivo. Os 8% de reajuste representam 1,82% de aumento real, o que significa 18,3% de ganho real acumulado na última década.

Ainda maior foi a valorização dos pisos, estratégia que vem sendo implementada com êxito pela categoria bancária. Este ano, os pisos foram reajustados em 8,5%, significando 2,29% acima da inflação. Nos últimos dez anos, o ganho real está acumulado em 38,7%.

“Embora seja a sexta maior economia, o Brasil infelizmente ainda é um dos 12 países mais desiguais do planeta. E a melhor maneira de distribuir renda é pelo aumento real da remuneração dos trabalhadores. Os bancários estão fazendo sua parte”, diz Almir Aguiar, presidente do Sindicato do Rio de Janeiro e do Comando Nacional.

AUMENTO REAL ACUMULADO 2004-2013 (BASE INPC)

71,9%
ICV Dieese

69,2%
INPC IBGE



Campinas

Julio César Costa



134,6%

Piso CCT

38,7% de
aumento real

100,1%

Reajuste
salarial CCT

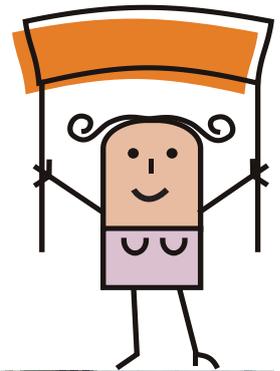
Campo Grande



Catanduva



■ Reajuste acumulado
■ Aumento real



Vitória



Sérgio Cardoso



Maceió

COMO FICAM OS NOVOS PISOS SALARIAIS

Itens	Funções	Valores antigos (em R\$)	Com reajuste de 8,5% sobre pisos e 8% sobre gratificações
Salário de ingresso	Portaria	966,74	1.048,91
	Escritório	1.385,55	1.503,32
	Caixa/Tesouraria	1.750,74*	1.897,74**
Salário após 90 dias	Portaria	1.058,96	1.148,97
	Escritório	1.519,00	1.648,12
	Caixa/Tesouraria	2.056,89***	2.229,05****

* (salário de ingresso R\$ 1.385,55 + Gratificação de caixa de R\$ 365,20)

** (salário de ingresso R\$ 1.503,32 + Gratificação de caixa de R\$ 394,42)

*** (salário de R\$ 1.519,00 + Gratificação de caixa de R\$ 365,20 + outras verbas de caixa R\$ 172,69)

**** (salário de R\$ 1.648,12 + Gratificação de caixa de R\$ 394,42 + outras verbas de caixa R\$ 186,51)

OS NOVOS VALORES DAS VERBAS SALARIAIS

Auxílio-refeição (por dia)	23,18
Cesta-alimentação	397,35
13ª cesta-alimentação	397,35
ATS	22,56
Gratificação de compensador de cheques	128,52
Auxílio-creche/babá (até 71 meses)	330,71
Auxílio-creche/babá (até 83 meses)	282,91
Auxílio-funeral	758,80
Ajuda deslocamento noturno	79,21
Indenização p/ morte ou incapacitação por assalto	113.152,26
Requalificação profissional	1.130,88

Elaboração: Dieese – Subseção Contraf-CUT.



Belo Horizonte



Nando Neves

Rio de Janeiro

O QUE MELHOROU NA PLR DOS BANCÁRIOS EM 2013

	Quanto era em 2012	Quanto é em 2013	Reajuste
Valor fixo da regra básica	R\$ 1.540,00	R\$ 1.694,00	10%
Valor máximo da regra básica	R\$ 8.414,34	R\$ 9.087,49	8%
Valor máximo da regra majorada	R\$ 18.511,54	R\$ 19.992,46	8%
Valor máximo da parcela adicional	R\$ 3.080,00	R\$ 3.388,00	10%
Parcela do lucro a ser distribuída de forma linear	2%	2,2%	--

Avanço na PLR

A força da mobilização também arrancou avanços na PLR. A parcela de distribuição linear do lucro passou de 2% para 2,2%, diferença que representa R\$ 120 milhões a mais dos resultados dos bancos que vão para o bolso dos bancários.

Houve ainda reajuste de 10% no limite da distribuição, aumentando para R\$ 3.388, e incremento de 10% (3,71% de ganho real) na parte fixa da regra básica da PLR. Ficou assim:

PLR regra básica

90% do salário mais valor fixo de R\$ 1.694,00 (reajuste de 10%), limitado a R\$ 9.087,49. Se o

total apurado ficar abaixo de 5% do lucro líquido, será utilizado multiplicador até atingir esse percentual ou 2,2 salários (o que ocorrer primeiro), limitado a R\$ 19.992,46.

PLR parcela adicional

aumento de 2% para 2,2% do lucro líquido distribuídos linearmente, limitado a R\$ 3.388,00 (10% de reajuste).

A antecipação da PLR foi paga até 10 dias após assinatura da Convenção Coletiva e o pagamento do restante será feito até 3 de março de 2014.

Na negociação, a Fenaban assumiu ainda o compromisso de discutir um novo modelo de PLR antes da campanha nacional de 2014.

A evolução da PLR dos bancários

Foi a primeira categoria a conquistar a PLR, em 1995. Resultado das grandes mobilizações, veja como ela melhorou desde então

Ano	Regra básica			Majoração da Regra Básica: ocorre quando o montante a ser distribuído pela regra básica não atinge 5% do lucro líquido do exercício	Teto individual da regra básica, em caso de majoração da mesma	Parcela Adicional
	Parcela Proporcional ao salário	Parcela Fixa	Teto individual da regra básica			
1995	72%	R\$ 200,00	-	-	-	-
1996	60%	R\$ 270,00	2 salários do empregado	-	-	-
1997	80%	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00	Valor individual referente à regra básica majorado até que o montante da mesma atinja 5% do lucro líquido, ou até que o valor individual da regra básica iguale 2 salários do empregado, o que ocorrer primeiro	R\$ 6.000,00	-
1998	80%	R\$ 300,00	R\$ 3.000,00		R\$ 6.000,00	-
1999	80%	R\$ 400,00	R\$ 3.250,00		R\$ 6.500,00	-
2000	80%	R\$ 450,00	R\$ 3.500,00		R\$ 7.000,00	-
2001	80%	R\$ 500,00	R\$ 3.800,00		R\$ 7.600,00	-
2002	80%	R\$ 550,00	R\$ 4.100,00		R\$ 8.200,00	-
2003	80%	R\$ 650,00	R\$ 4.617,00		R\$ 9.234,00	-
2004	80%	R\$ 705,00	R\$ 5.010,00		R\$ 10.020,00	-
2005	80%	R\$ 800,00	R\$ 5.310,00		R\$ 10.620,00	-
2006	80%	R\$ 828,00	R\$ 5.496,00		R\$ 10.992,00	Distribuição linear de 8% da variação em valor absoluto do crescimento do lucro líquido no ano, com limite individual de R\$ 1.500,00
2007	80%	R\$ 878,00	R\$ 5.826,00	R\$ 11.652,00	Distribuição linear de 8% da variação em valor absoluto do crescimento do lucro líquido no ano, com limite individual de R\$ 1.800,00	
2008	90%	R\$ 966,00	R\$ 6.301,00	R\$ 13.862,00	Distribuição linear de 8% da variação em valor absoluto do crescimento do lucro líquido no ano, com limite individual de R\$ 1.980,00	
2009	90%	R\$ 1.024,00	R\$ 6.680,00	R\$ 14.696,00	Distribuição linear de 2% do lucro líquido banco, com limite individual de R\$ 2.100,00	
2010	90%	R\$ 1.100,80	R\$ 7.181,00	R\$ 15.798,20	Distribuição linear de 2% do lucro líquido banco, com limite individual de R\$ 2.400,00	
2011	90%	R\$ 1.400,00	R\$ 7.827,29	R\$ 17.220,04	Distribuição linear de 2% do lucro líquido banco, com limite individual de R\$ 2.800,00	
2012	90%	R\$ 1.540,00	R\$ 8.414,34	R\$ 18.511,54	Distribuição linear de 2% do lucro líquido do banco, com limite individual de R\$ 3.080,00	
2013	90%	R\$ 1.694,00	R\$ 9.087,49	(fica igual)	R\$ 19.992,46	Distribuição linear de 2,2% do líquido, com limite individual de R\$ 3.388,00



Jonatas Dias

Porto Alegre

Conquistas injetam mais de R\$ 8,7 bi na economia

As conquistas econômicas da Campanha Nacional 2013 injetarão mais de R\$ 8,7 bilhões na economia até a próxima data-base, segundo estimativa do Dieese. É 14,5% maior que o ano passado. A projeção leva em conta o reajuste de 8% nos salários e auxílios refeição e alimentação, a valorização do piso em 8,5%, a melhoria da PLR e a conquista do vale-cultura e considera o número de 512.835 bancários, conforme dados da Rais em 31/12/2012.

Somente o reajuste de 8%, que representa um aumento real de 1,82%, significa um aporte de recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões nos próximos 12 meses. Já as melhorias na PLR conquistadas pela categoria bancária injetarão aproximadamente R\$ 5,3 bilhões na economia até 1º de setembro de 2014.

Além disso, o reajuste de 8% nos auxílios refeição e alimentação terá um impacto adicional de R\$ 429 milhões em um ano. E a conquista do vale-cultura contribuirá com o incremento mensal de R\$ 9,4 milhões totalizando cerca de R\$ 113 milhões ao ano em cinema, teatro e livrarias.

Queda de braço

Todo esse volume de recursos equivale praticamente à soma dos lucros auferidos pelo Bradesco e Santander no primeiro semestre de 2013 (R\$ 8,8 bilhões) e supera o lucro obtido pelo Itaú no mesmo período (R\$ 7,1 bilhões)

Essa grande massa de recursos se disseminará por todo o país, em função do caráter nacional da categoria. Isso mostra a importância para a economia brasileira da negociação realizada pelos bancários, pois seus bons resultados geram efeitos positivos sobre o comércio (mais vendas), a indústria (estimulam a produção de bens de consumo) e os serviços (restaurantes, cinema, teatro, cursos).

Para Cardoso, presidente do Sindicato de Belo Horizonte, “esses recursos são resultado direto da queda de braço com os bancos na Campanha 2013, só foram conquistados por força da ousadia, unidade nacional e mobilização da categoria, e contribuirão para a melhoria da distribuição de renda e o desenvolvimento econômico e social do País”.

Como fica a PLR com as novas regras de tributação

A nova lei da PLR (nº 12.832), que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2013, estabelece novas alíquotas e novos critérios para o cálculo do imposto de renda devido. Isenta do pagamento de IR valores até R\$ 6 mil e cria alíquotas progressivas mais vantajosas para os trabalhadores. Os aspectos mais importantes da nova lei são

os seguintes:

1 - A PLR será tributada exclusivamente na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos, conforme tabela progressiva anual específica (veja abaixo), e não integrará a base de cálculo do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual. Veja aqui a nova tabela de cálculo do IR sobre a PLR.

PLR – TABELA DE TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA NA FONTE

Valor da PLR anual (em R\$)	Alíquota	Parcela a deduzir do IR (em R\$)
de 0,00 a 6.000,00	0%	-
de 6.000,01 a 9.000,00	7,5%	450,00
de 9.000,01 a 12.000,00	15%	1.125,00
de 12.000,01 a 15.000,00	22,5%	2.025,00
acima de 15.000,00	27,5%	2.775,00

Fonte: Lei Nº 12.832, de 20/06/2013

Manoel Porto



Salvador



2 – Quando houver o pagamento, num mesmo ano-calendário, de mais de uma parcela da PLR - como os bancários, que receberam até março a segunda parcela da PLR relativa a 2012 e em outubro a antecipação da PLR conquistada na recente campanha salarial -, o imposto será calculado considerando o total de PLR recebido. Será deduzido do imposto total assim apurado o valor já retido anteriormente.

3 - Para fins de cálculo do imposto devido, poderão ser deduzidos pagamentos de pensão alimentícia judicial, mas não haverá desconto por dependentes.

Por exemplo, um bancário que recebeu R\$ 3 mil em março de 2013 relativo à segunda parcela da PLR de 2012 e R\$ 6 mil na antecipação da PLR conquistada na recente negociação, o IR será calculado com base na soma das duas parcelas, ou seja, R\$ 9 mil.

Nesse exemplo, o bancário terá uma dedução de R\$ 225,00 quando receber a antecipação da PLR de 2013 (R\$ 9 mil x 7,5% - R\$ 450,00).

Essa regra é válida para todos os bancos públicos e privados.



Florianópolis



Porto Velho



Cuiabá



Recife



Natal

Bancários obtêm grupo de investigar adoecimento dos

A força da maior greve nacional dos bancários dos últimos 20 anos trouxe conquistas para a melhoria da saúde e das condições de trabalho da categoria. São frutos da intensa mobilização dos trabalhadores e das entidades sindicais que, há décadas, denunciam a relação entre o adoecimento dos profissionais e a organização do trabalho, centrada na exigência de alta produtividade, no cumprimento de metas inatingíveis e no excesso de individualização das tarefas.

Uma das conquistas foi a constituição de um Grupo de Trabalho (GT) para investigar as causas do adoecimento dos bancários, o que tem provocado centenas de afastamentos no trabalho. Integrado por dirigentes do Comando Nacional e do Coletivo Nacional de Saúde do Trabalhador da

Contraf-CUT, representantes dos bancos e especialistas indicados pelas partes, o GT foi instalado, no dia 7 de novembro, em São Paulo.

O Comando Nacional reivindicou junto à Fenaban amplo acesso aos dados sobre afastamentos para que seja feito um diagnóstico mais abrangente, chegando às raízes do problema, a fim de combater a epidemia dos adoecimentos que atinge os trabalhadores.

Em 2012, 21.144 bancários foram oficialmente afastados de suas funções pelo INSS, entre eles 5.511 devido a doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo – LER/DORT – e 5.425 em decorrência de transtornos mentais e comportamentais. No entanto, estima-se que grande parte dos pedidos de afastamentos acaba sendo negada e que o número de bancários que adoecem possa chegar a 60 mil por ano em todo o Brasil.



João Pessoa



trabalho para bancários

“Queremos não só os dados por acidente de trabalho, mas também dos afastamentos por problemas de saúde, pois acreditamos que só assim poderemos ter um quadro real do que acontece com a categoria”, afirma Walcir Previtale, secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT.

Um novo encontro do GT está agendado para o dia 28 de novembro com a participação de médicos do trabalho, psicólogos e advogados especialistas na área de saúde do trabalhador de ambas as partes. O objetivo é definir a metodologia a ser adotada para a continuidade do GT, que contará com calendário de reuniões trimestrais.

Apesar de inúmeras artimanhas para minimizar os fatos, está cada vez mais difícil de os bancos se esquivarem da responsabilidade e dos riscos que impõem aos bancários ao adotar um sistema de trabalho doentio.



Rio Branco



Campina Grande



Teófilo Otoni



Teresina



Barretos

Bancos ficam proibidos de enviar torpedos cobrando resultados

Outra conquista da greve foi a inclusão na cláusula 36ª da convenção coletiva da proibição de cobrança de resultados por torpedos (SMS), pelo gestor, no telefone particular do empregado. É uma medida oportuna que visa frear o cumprimento das metas abusivas dos bancos, combater o assédio moral e melhorar as condições de trabalho.

Segundo Maria Maeno, médica e pesquisadora da Fundacentro, essa conquista deu visibilidade à sociedade em geral dos abusos cometidos pelos bancos nas relações com os bancários. “O direito ao trabalho digno e ao descanso é constitucional e fica muito claro para qualquer pessoa, que ser cobrado por resultados e metas pelo celular a qualquer hora é uma prática que não pode ser enquadrada como parte de um trabalho digno”, afirma a especialista, que também destaca que o fato de ser rotineiro não quer dizer que possa ser considerado natural e aceitável.

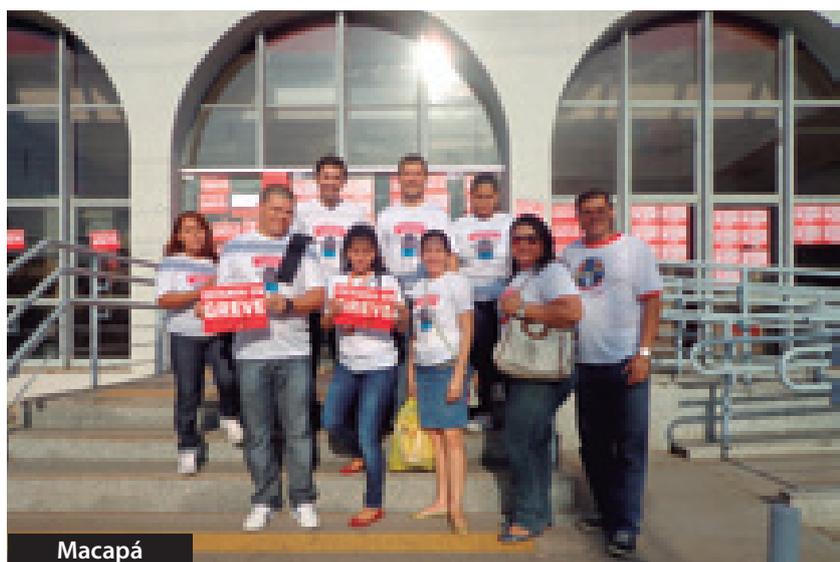
Para ela, trata-se de uma evidente invasão de privacidade praticada pelas empresas, que gera ainda mais pressão na rotina da vida dos bancários. “Sentem na pele o que significa ter que alcançar metas altíssimas e ser cobrados várias vezes para isso por palavras, mensagens, gestos e atitudes. Sentem-se lembrados a todo instante que o ‘fracasso’ significa possibilidade de demissão, de discriminação por ser considerado café-com-leite e de ‘atrapalhar’ a produtividade de uma agência por exemplo. Viver nessa tensão é adoecedor”, analisa Maeno.

A médica destaca que os dados da Previdência Social e inúmeros processos judiciais contra bancos não deixam dúvidas sobre a clara relação entre a organização do trabalho e os adoecimentos.

Folga-assiduidade e outras conquistas

Além do GT sobre adoecimento, da proibição dos torpedos e da redução do prazo para apuração de denúncias de assédio moral, os bancários tiveram outras conquistas:

- Folga-assiduidade - um dia de ausência remunerada ao empregado que não tenha nenhuma falta injustificada ao trabalho entre 01/09/2012 e 31/08/2013, a ser usufruída até 31/08/2014 e definida em conjunto com o gestor.
- Não devolução do adiantamento emergencial de salário para os afastados por motivo de saúde, que recebem alta do INSS e são considerados inaptos pelo médico do trabalho, em caso de recurso administrativo não aceito pelo INSS.
- Seminário sobre os impactos das novas tecnologias no trabalho bancário (veja mais na página 38).



Macapá

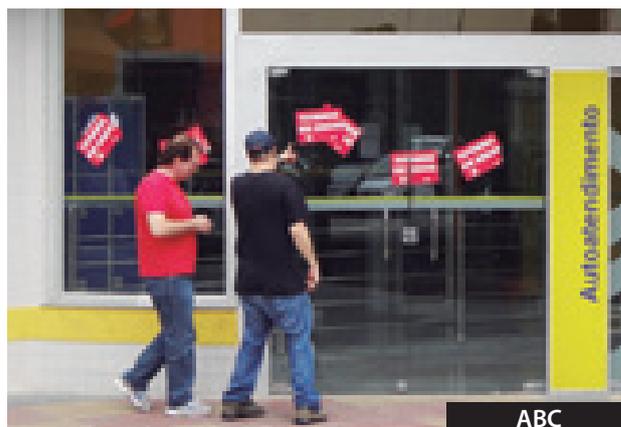
Prazo menor para apurar assédio moral

Com muita luta, os bancários conquistaram mais um avanço no combate ao assédio moral, com a redução de 60 para 45 dias do prazo aos bancos para apuração das denúncias encaminhadas, de forma anônima, pelos sindicatos que aderiram ao instrumento previsto na cláusula 56ª da convenção coletiva. Além disso, os bancos assumiram o compromisso de realizar uma reunião específica com o Comando Nacional para discutir o aprimoramento do processo.

“O assédio moral é algo estrutural, uma política deliberada com o objetivo de se ter total controle do processo de trabalho dentro dos bancos. As denúncias, em sua grande maioria, estão ligadas à cobrança excessiva de metas abusivas e individuais, expondo os trabalhadores a humilhações e xingamentos”, afirma Jacqueline Melo, presidenta do Sindicato de Pernambuco.

Para a dirigente, não é possível discutir com os bancos as questões relativas ao assédio moral sem incluir na pauta a organização do trabalho e as formas de gestão que os bancos adotaram, visando ao lucro a qualquer custo em detrimento da saúde e da dignidade dos trabalhadores.

Não por um acaso, com o intuito de esclarecer à sociedade em geral, o Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou, em meados de outubro, uma cartilha sobre assédio moral em estabelecimentos bancários, abordando as condições de trabalho a que são submetidos. O MPT realizou também uma semana de atividades de conscientização sobre o tema em âmbito nacional. Por isso, é preciso reconhecer e comemorar todos os avanços específicos à melhoria nas condições de trabalho e de saúde. Um longo e firme processo foi construído para se chegar a todas essas conquistas na luta por trabalho decente nos bancos.



ABC



Boa Vista



Araraquara



Caxias do Sul

Mobilização garante conquista inédita

Uma das grandes novidades conquistada pela força de luta dos bancários na Campanha Nacional 2013 foi a inclusão do vale-cultura como cláusula na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). É a primeira categoria a garantir o valor mensal de R\$ 50,00.

A expectativa é atingir diretamente a 300 mil bancários que recebem até cinco salários mínimos. Terão o crédito depositado em um cartão magnético, válido em todo o território nacional, cumulativo e sem data de validade, podendo ser usado em cursos de artes, dança, circo, fotografia, audiovisual, música, literatura e teatro ou em algum programa cultural com um custo mais elevado. O desconto para os trabalhadores varia entre R\$ 2 a R\$ 5.

Dados do Dieese mostram que o novo direito dos bancários deverá injetar R\$ 9,4 milhões ao mês e R\$ 113 milhões ao ano em todo o país. Segundo a ministra da Cultura, Marta Suplicy, a dimensão do acordo dos bancários será gigantesca com impacto na vida de milhões de trabalhadores em geral. “Haverá um paradoxo, pois o serviço bancário chega a pequenas cidades e, com o vale-cultura, os

bancários passarão a procurar onde gastar esse valor, o que vai requerer que os prefeitos dessas cidades injetem recursos em diferentes grupos culturais locais”, avalia a ministra, parabenizando a mobilização e participação massiva dos bancários nessa nova conquista.

Inclusão social cultural

Para Juvandia Moreira, presidenta do Sindicato de São Paulo, o vale-cultura é uma importante política pública. “Esperamos que, além dos recursos na economia, seja um incentivo para o bancário ler mais, ir mais ao cinema, ao teatro, ouvir mais música e participar com frequência das atividades culturais. Temos orgulho de ser a primeira categoria a incluir essa garantia na CCT, sabemos o que isso representa e vamos

lutar junto com a CUT para que essa conquista se estenda para os outros trabalhadores.”

Segundo dados da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura, 80% dos brasileiros nunca entraram em uma sala de cinema e 70% têm a televisão como principal entretenimento. Ou seja, o vale-cultura é um evidente instrumento de inclusão social.

“O vale-cultura não é apenas um valor a mais na remuneração dos bancários, faz parte de uma política pública focada na formação de plateias e no estímulo ao consumo de bens culturais. Ser a primeira categoria a conquistá-lo na convenção coletiva mostra, mais uma vez, o papel de vanguarda dos bancários, o que nos dá muito orgulho”, afirma Emanuel Souza, presidente da Federação da Bahia e Sergipe.



Resistência dobra os banqueiros

Uma das mais importantes conquistas da Campanha Nacional 2013 foi em relação ao não desconto dos dias parados. Mais uma vez, a ousadia, a unidade e a mobilização dos bancários forçaram os bancos a recuarem, anistiando 71% das horas paralisadas.

Quando começou a última rodada de negociação, no 22º dia da greve, a posição dos bancos era intransigente: compensação integral dos dias parados em até 180 dias. O Comando Nacional dos Bancários rejeitou a proposta, gerando um impasse que levou mais de 18 horas de duras e tensas negociações.

Diante da firmeza dos representantes dos bancários e com a paralisação no 22º dia, os banqueiros recuaram para uma proposta intermediária, de compensação de duas horas diárias até 15 de dezembro.

Mas o Comando também rejeitou esse posicionamento. “A culpa da greve era dos bancos. Não podíamos aceitar que os bancários fossem responsabilizados pelos dias parados”, lembra Eduardo Araújo, presidente do Sindicato de Brasília.

No final, os bancos aceitaram a compensação de no máximo uma hora extra diária a partir da assinatura do acordo, de segunda a sexta-feira, até 15 de dezembro. Isso significa, segundo cálculo do Dieese, que 71% das horas que os bancários ficaram em greve foram anistiadas.

“Foi uma conquista da ousadia, da unidade e da mobilização da categoria, que coroou com o êxito a Campanha Nacional de 2013. Trata-se de uma clara vitória dos bancários, que não devem e não podem ser penalizados por reivindicarem por melhores salários, condições de trabalho e dignidade”, acrescenta Carlos Eduardo Bezerra Marques, presidente da Fetrafí Nordeste e do Sindicato do Ceará.



Piracicaba



Santos



Petrópolis



Vitória da Conquista

Mais contratações no BB

A luta pelo emprego conquistou dois avanços na Campanha Nacional dos Bancários 2013, no Banco do Brasil e no BNB. Os acordos aditivos assinados com os dois bancos federais garantem a contratação de 3 mil novos bancários no BB até agosto de 2014 e 850 no BNB até o final do próximo ano.

“A batalha pela preservação do emprego e por mais contratações no sistema financeiro é uma das principais bandeiras da categoria bancária. É fundamental para melhorar as condições de trabalho, diminuir a sobrecarga a que os bancários são submetidos no dia a dia. Além disso, é importante também para reduzir as filas e melhorar o atendimento aos clientes”, declara Luiz Cesar de Freitas, o Alemão, presidente da Fetec São Paulo.

Desafio é proteger emprego e acabar com rotatividade nos bancos privados

A pesar dos lucros estrondosos, os bancos privados continuam fechando postos de trabalho para reduzir a folha de pagamentos. Em 2012, os quatro maiores bancos privados apresentaram lucro líquido somado de R\$ 33,1 bilhões. Mas segundo suas Demonstrações Contábeis, o Itaú cortou 7.935 empregos no ano passado, o Bradesco fechou 1.299, o HSBC enxugou 946 postos de trabalho e o Santander 572 — num total de 10.752 cortes.

Nos primeiros nove meses deste ano, o Itaú, o

Bradesco e o Santander eliminaram juntos 8.272 postos de trabalho, apesar do lucro de R\$ 24,5 bilhões nos três trimestres, segundo a pesquisa de emprego Contraf-CUT/Dieese com base nos dados do Caged.

Os bancos andaram na contramão da economia brasileira, que gerou 1.323.461 novos empregos de janeiro a setembro.

“Isso é inaceitável. Mesmo aumentando os lucros e mantendo a mais alta rentabilidade do sistema financeiro internacional, os bancos privados continuam demitindo trabalhadores. Por isso o combate às

e no BNB

demissões e pela ratificação da Convenção 158 da OIT continuam sendo prioridade dos bancários”, afirma Jeferson Boava, presidente do Sindicato de Campinas e vice-presidente da Feeb SP/MS.

Rotatividade reduz salário

O sistema financeiro contratou 45.322 bancários em 2012 e desligou 41.844, segundo a Pesquisa de Emprego Bancário (PEB) realizada em parceria entre o Dieese e a Contraf-CUT. Nos primeiros nove meses deste ano, os bancos contrataram 30.417 bancários e desligaram 33.177.

Isso significa que, na média, os bancos contrataram 3.776 bancários por mês, na média, e desligaram 3.487 trabalhadores no ano passado. O salário médio dos contratados (R\$ 2.678,77) foi 38,9% inferior ao dos desligados (R\$ 4.385,33).

De janeiro a setembro deste ano, o salário médio foi de R\$ 2.914,63, contra salário médio de R\$ 4.594,83 dos afastados. Ou seja, os trabalhadores que entram no sistema financeiro recebem remuneração 36% inferior à dos que saem. Veja na próxima página.

“Isso explica por que, embora com muita mobilização os bancários tenham conquistado 18,3% de aumento real no salário e 38,7% de ganho real no piso salarial desde 2004, a média salarial da categoria diminuiu neste período. Esse é o mais perverso mecanismo de concentração de renda, num país que faz um grande esforço para se tornar menos injusto”, denuncia Arnoni Hanke, diretor da Fetrafí Rio Grande do Sul.

Terceirização precariza relações de trabalho

Assim como a rotatividade, a terceirização da atividade-fim faz parte de uma estratégia para redução dos custos salariais dos bancos. Eles transferem parte de suas atividades, que eram remuneradas de acordo com a CCT dos bancários, para outras empresas, tendo como objetivo ampliar a rede de



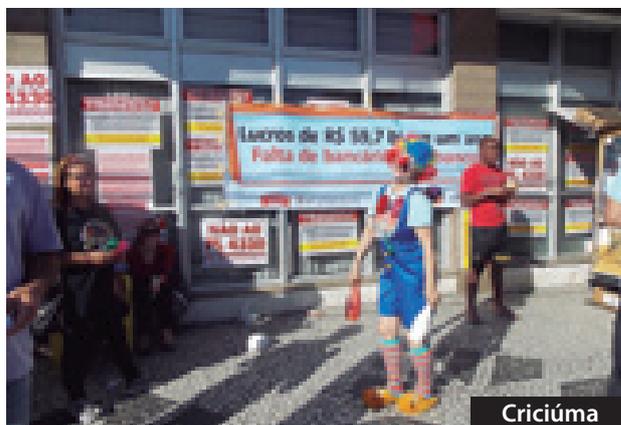
Aracaju



Cataguases



Niterói



Criciúma

Maristela Benedet

atendimento com custos reduzidos e condições de trabalho precárias.

O processo de terceirização se dá basicamente de duas formas. Uma delas é a contratação de empresas para realizarem a função de correspondentes bancários, uma terceirização que já nasce fora do banco. E o número de correspondentes bancários está crescendo velozmente. Veja na próxima página a evolução dessa prática, banco a banco.

Enquanto o número de correspondentes bancários dispara, o de agências e de postos de atendimento está estagnado nas últimas duas décadas. Vem crescendo também a quantidade de postos eletrônicos. Veja no

quadro ao lado a comparação entre 1994 e 2012, segundo Relatório Social da própria Febraban.

Outra forma é a contratação de empresas para execução de determinadas tarefas bancárias, que podem continuar sendo feitas dentro do espaço físico do banco contratante, ou fora dele, nas dependências terceirizadas.

Os trabalhadores terceirizados recebem 1/4 do salário dos bancários, não dispõem dos direitos estabelecidos na CCT, trabalham em condições degradantes, cumprem metas elevadas, sob pressão e assédio moral, com jornadas extenuantes. Além disso, não se sentem enquanto uma categoria profissional.



Brasília

Augusto Coelho

ADMITIDOS, DESLIGADOS E REMUNERAÇÃO MÉDIA POR GÊNERO - BRASIL - JANEIRO A SETEMBRO DE 2013

Gênero	Admitidos			Desligados			Saldo	Diferença da Rem. Média (%)
	Nº de trab.	Part. (%)	Rem. Média (em R\$)	Nº de trab.	Part. (%)	Rem. Média (em R\$)		
Masculino	15.490	50,9%	3.318,87	16.984	51,2%	5.350,92	-1.494	-38,0%
Feminino	14.927	49,1%	2.495,15	16.193	48,8%	3.801,81	-1.266	-34,4%
Total	30.417	100,0%	2.914,63	33.177	100,0%	4.594,83	-2.760	-36,6%

Fonte: MTE/Caged. Elaboração: Dieese - Rede Bancários



360.000
310.000
260.000
210.000
160.000
110.000
60.000
10.000
-40.000

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGÊNCIAS, CORRESPONDENTES, POSTOS E ATMS NO BRASIL ENTRE 1994 E 2012

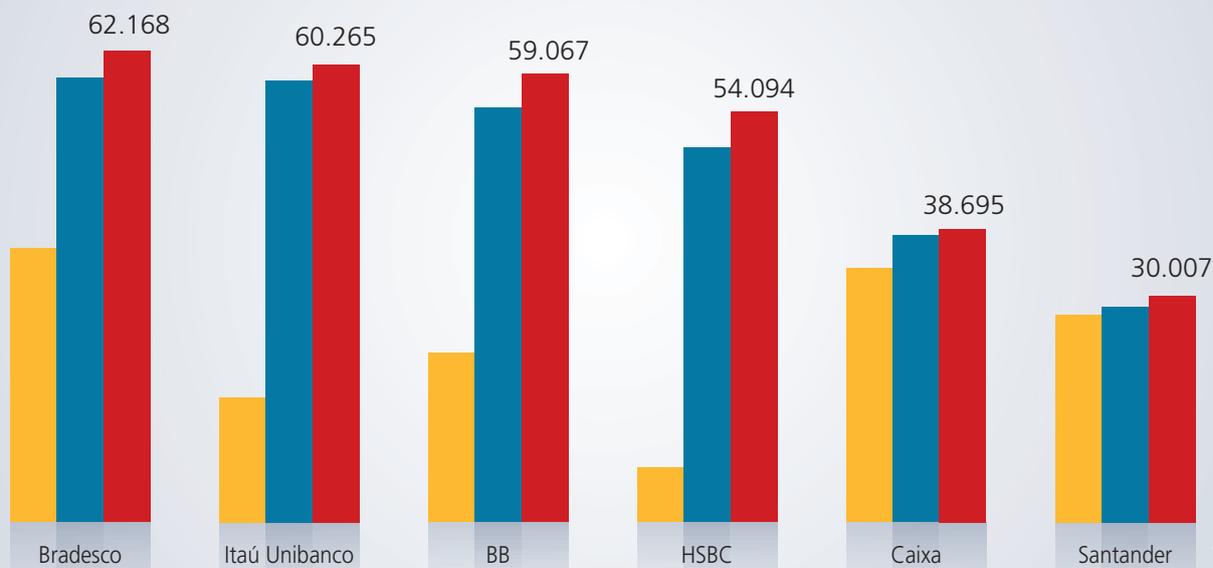


	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
número de agências	17,4	17,2	16,4	16,3	16,0	16,1	16,5	16,8	17,0	16,8	17,2	17,5	18,0	18,5	19,1	20,0	19,8	21,2	22,2
postos tradicionais *	15,4	15,0	9,32	8,34	8,15	7,26	9,49	10,2	10,1	10,0	9,83	9,53	10,2	10,5	11,6	12,1	12,6	12,9	12,9
postos eletrônicos	0	0	5,76	5,76	9,35	12,4	15,6	22,5	38,4	24,3	25,5	27,4	32,7	34,7	38,8	41,4	45,0	47,5	47,5
correspondentes	0	0	0	0	0	0	13,7	18,6	32,5	36,4	46,0	99,5	73,0	95,8	108,	149,	165,	169,	358,

Fonte: Relatório Social da Febraban.

OS CORRESPONDENTES BANCÁRIOS AVANÇAM

Maio/2011 Julho/2012 Abril/2013



Fonte: Banco Central do Brasil



Democracia e parti

Como nos anos anteriores, a Campanha Nacional 2013 foi um longo e amplo processo de construção democrática, com larga participação da categoria na definição da estratégia, da pauta de reivindicações e de todas as decisões.

Começou em abril, quando o Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Contraf-CUT e representantes de dez federações e 134 sindicatos de todo o país, definiu o cronograma da campanha, que incluiu consultas aos bancários em todas as bases sindicais, conferências regionais (fotos menores) e a conferência nacional (acima).

As consultas realizadas pelos sindicatos, a partir de um questionário padrão definido pelo Comando Nacional, permitiram conhecer os principais problemas dos bancários e suas principais reivindicações para a Campanha 2013.

Os resultados das consultas nortearam os de-

bates nas assembleias dos sindicatos e depois nas conferências regionais. Cada um desses encontros aprovou suas propostas e elegeu seus delegados à Conferência Nacional, que definiu a pauta de reivindicações a partir das discussões acumuladas em todas essas etapas — pauta finalmente submetida à deliberação das assembleias em todos os sindicatos, antes de ser entregue à Fenaban.

A decisão de deflagrar a greve também foi tomada pelas assembleias de bancários em todo o país, assim como a aprovação da proposta dos bancos e a volta ao trabalho.

“Os dois princípios básicos que embasaram essa estratégia foram a maior participação possível dos bancários nos debates e na tomada de decisões e a busca permanente da unidade nacional da categoria, que são as nossas armas mais importantes no enfrentamento com os patrões”, diz Otávio Dias, presidente do Sindicato de Curitiba.

“Esse processo amplo e democrático de deba-



Conferência Nacional

Jailton Garcia/ContraF-CUT

cipação

tes atende a expectativa dos bancários de todo o país e aproxima ainda mais o movimento sindical da realidade cotidiana da categoria, da vida do bancário em seu local de trabalho e consolida a nossa unidade”, acrescenta Magaly Fagundes, presidenta da Fetraf Minas Gerais.



Gerardo Lazzari

São Paulo



Minas Gerais



Brasília



Paulo de Tarso

Rio de Janeiro e Espírito Santo



Nordeste

Júlio César Costa.



São Paulo e Mato Grosso do Sul



Bahia e Sergipe



Rio Grande do Sul



Rondônia



Santa Catarina



Mato Grosso do Sul



Paraná



Pará



Mídia da Campanha Nacional impulsionou mobilização

Sob o mote de “Vem pra luta”, em sintonia com as manifestações de junho, a proposta de mídia nacional para a Campanha 2013 foi adotada por quase todas as entidades sindicais do Brasil e levada aos locais de trabalho e para as ruas, ajudando a impulsionar a mobilização da categoria em todo país.

Apresentada em primeira mão na 15ª Conferência Nacional dos Bancários, a mídia foi resultado de cinco reuniões específicas, coordenadas pela Contraf-CUT e com a participação de diretores de imprensa e jornalistas de vários sindicatos e federações de todo o país. As peças foram criadas pela equipe de comunicação do Sindicato dos Bancários de Pernambuco, com arte final da Fermento Design.

“Nas últimas campanhas, os materiais de mídia procuraram atingir a imagem dos banqueiros. Desta vez, apresentamos a ideia de chamar os bancários e as bancárias para que se sentissem parte da mobilização”, salienta a secretária de Comunicação do Sindicato de Pernambuco, Anabele Silva.

Com irreverência e bom humor, os cartazes reinventaram frases dos protestos dos jovens, como “meu salário não me representa”, “milhões para executivos, bancários sem aumento real”, “assédio

moral é vandalismo” e “não é só por salário, é contra o abuso dos bancos”, dentre outras.

“Avaliamos que essa mídia foi acertada, pois dialogou com os bancários, os clientes e a sociedade, potencializando a campanha e valorizando as reivindicações da categoria”, afirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT, Ademir Wiederkehr. “Parabéns a quem participou da construção coletiva dessa proposta, contribuindo para fortalecer a comunicação dos bancários”, ressalta Ademir.

Uso das redes sociais

Foi também a campanha dos bancários que mais “bombou” nas redes sociais, especialmente o Facebook. Entidades e dirigentes sindicais postaram, curtiram e compartilharam notícias, fotos e comentários, estimulando a participação da categoria e fortalecendo as mídias alternativas.

Mas a força da mobilização abriu também espaço na mídia tradicional, que divulgou notícias e vídeos sobre a greve e o silêncio dos bancos. “Ganhamos mais uma batalha, mas ainda há muito a conquistar na luta pela democratização da mídia e por um marco regulatório das comunicações”, conclui Marcos Henriques, presidente do Sindicato da Paraíba.

Novos avanços também no acordo específico



Os bancários do Banco do Brasil realizaram uma de suas campanhas mais engajadas dos últimos anos. Envolveram-se ativamente nas mobilizações, assembleias e na greve, conquistaram aumento real pelo décimo ano consecutivo (38,5% de ganho real acumulado no piso após 90 dias) e ainda avançaram com novas cláusulas de seu acordo específico, principalmente em relação à carreira, aos direitos sociais e à proteção contra assédio moral.

“A campanha dos bancários foi de muita luta. Os banqueiros tentaram nos derrotar pelo cansaço. Ao final, obtivemos avanços tanto na mesa geral quanto nas questões do funcionalismo do BB. Somando as conquistas específicas do ano passado e deste ano são mais de trinta questões que atendem aos vários setores do funcionalismo que se mobilizaram, como os caixas executivos,

os atendentes de centrais, os comissionados que sofrem forte assédio por parte do banco. Também temos que valorizar as conquistas sociais para homoafetivos, PCD, estagiários e mais contratações”, avalia William Mendes, secretário de Formação da Contraf-CUT e coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

A conquista do mérito para os caixas, iniciada em 2012, obteve avanços na Campanha Nacional dos Bancários e pode render até duas letras de promoção para os caixas que atuam desde 2006 na função. Duas letras de mérito equivalem a R\$ 226 a mais de salário para quem ganha cerca de R\$ 3.000, o que significa 7,5% de aumento real para os caixas nas duas últimas campanhas nacionais, além dos índices reais de reajuste.

O banco vai contratar mais três mil bancários, efetivará centenas de caixas executivos e, após cobranças de melhorias em outros anos, corrigiu em 71% a Bolsa Estágio, com os valores retroati-



Fortaleza

vos a primeiro de setembro.

A partir de agora estão proibidas as dezenas de torpedos com cobranças por resultados fora do horário de trabalho e nos finais de semana. As ferramentas de combate ao assédio moral incluem agora a possibilidade de deixar gestor com “ficha suja”, caso haja denúncia procedente contra ele nos 12 meses anteriores à concorrência para primeiro gestor.

Os casais homoafetivos e os solteiros que adotarem crianças de até 96 meses terão direito a afastamento ampliado de 30 para 180 dias contados a partir da data do termo de adoção definitiva ou de guarda provisória. Isso porque na Campanha Nacional 2013 os bancários do BB conseguiram romper com a diferenciação entre os direitos de licença em casos de adoção.

Outro importante avanço, que pode servir de referência para os bancários dos demais bancos, diz respeito às pessoas com deficiência (PCD).

No acordo de 2013 os funcionários do BB conquistaram o direito a abono das horas para que os bancários com deficiência possam fazer reparos ou ajustes em aparelhos.

“Mas a luta não para e já temos outros desafios pela frente, como a questão da mesa temática sobre Cassi e Previ para buscar avanços na inclusão dos incorporados aos planos”, adverte William Mendes.

As principais conquistas do funcionalismo

- 1- **Vale-cultura:** no valor de R\$ 50,00 por mês para os funcionários que ganhem até 5 salários mínimos, a partir de janeiro/2014.
- 2- **Ausências para PCD:** abono das horas de ausências, durante a jornada de trabalho, para os funcionários com deficiência, para aquisição, manutenção ou reparo de ajudas técnicas (cadeiras de rodas, muletas etc.), com limite de uma jornada de trabalho por ano.
- 3- **Igualdade/respeito à orientação sexual:** elevação da licença adoção para homens solteiros (família monoparental) ou com união estável homoafetiva, de 30 para 180 dias.
- 4- **Bolsa-estágio reajustada em 71%:** aumento do valor da bolsa dos estagiários, de R\$ 332,00 para R\$ 570,00 (retroativo a 1º/09/2013).
- 5- **Auxílio educacional para dependentes de vítimas de assaltos:** auxílio educacional para dependentes de funcionário falecido ou que tenha ficado inválido em decorrência de assalto contra o banco - no limite de R\$ 868,00 por mês até 24 anos incompletos, na forma das instruções internas (não é cláusula do acordo, mas estará no regulamento interno).

- 6- **Proteção à saúde:** vacina contra a gripe para todos os funcionários (também não é cláusula, passando a vigorar no regulamento interno).
- 7- **Redução da trava:** para remoção de escriturários, de 24 meses para 18 meses.
- 8- **Pagamento das substituições:** movimentação transitória para as ausências da gerência média nos casos de licença de saúde, a partir do primeiro dia e até 90 dias, nas agências de qualquer nível com até sete funcionários.
- 9- **Efetivação dos caixas executivos:** cláusula com compromisso do banco em preencher o número de vagas de caixa executivo existentes na data de assinatura do acordo coletivo, priorizando os funcionários que já estejam substituindo há mais de 90 dias, desde que haja interesse pelo funcionário.
- 10- **Aumento do mérito dos caixas:** elevação da pontuação do mérito para os caixas, de 0,5 ponto para 1 ponto por dia de exercício na função, com contagem de tempo retroativa a 2006, com pagamento a partir de 1º/9/2013.
- 11- **Proibição de mensagens de texto cobrando metas:** cláusula com compromisso do banco em normatizar internamente a proibição do envio, pelos gestores, de mensagens de texto (SMS) que tratem de cobrança de metas em fins de semana, além da limitação do horário de envio durante a semana.
- 12- **BB treinará gestores com desempenho ruim no Radar:** compromisso do banco em normatizar internamente o treinamento dos gestores que não obtiverem desempenho suficiente no Radar (não é cláusula do acordo, mas estará no regulamento interno).
- 13- **Mediação de conflitos:** compromisso do banco de agregar a metodologia de ouvidoria existente à metodologia de mediação de conflitos, treinando todos os gerentes de Gapes, analistas que atuam na Ouvidoria e adminis-



Juiz de Fora



Rondonópolis



Dourados

tradores (estará no regulamento interno).

- 14- **TAO (estar entre os 20) será exigido também nas áreas meio e diretorias:** compromisso de considerar somente os 20 primeiros do TAO para os processos seletivos e nomeações nas unidades do banco (estará no regulamento interno).

15- **Ficha cuja impedirá ascensão de gestor:**

seleção para gestores, na rede de agências, pelo Programa de Ascensão Profissional, com pré-requisito de não ter demanda de Ouvidoria procedente nos últimos 12 meses, consideradas também as denúncias encaminhadas via “protocolo de prevenção de conflitos da Fenaban/Contraf-CUT” (estará no regulamento interno).

16- **Mesa temática sobre Cassi e Previ:** com início previsto para 18 de novembro (30 dias após a data de assinatura do acordo coletivo).

17- **Contratações:** Três mil contratações de funcionários até 31/08/2014.

18- **Plano de funções:** o banco se comprometeu a efetuar ajustes nos percentuais do Adicional de Função de Confiança (AFC) e do Adicional de Função Gratificada (AFG) em relação aos Valores de Referência (VR) das Respectivas Funções, a partir de 01/09/2016, conforme regulamento interno.

■ Em 01.09.2016, o percentual do AFC em relação ao VR da respectiva Função de Confiança (FC), passará a ser 43,75%.

■ A partir de setembro de 2016 e a cada três anos, o percentual do AFG em relação ao VR da respectiva Função Gratificada (FG), passará a ser:

I - Em 01.09.2016 - 18,75%

II - Em 01.09.2019 - 25,00%

III- Em 01.09.2022 - 31,25%; e

IV- Em 01.09.2025 - 37,50%. (estará no regulamento interno)

OBSERVAÇÃO: não houve negociação com o movimento sindical e as entidades sindicais não concordam com esse plano implantado unilateralmente.

19- Renovada CCV específica de jornada para aderentes às funções de 6 horas do plano de funções: renovação do Acordo Coletivo (acordo marco) sobre CCV, por dois anos, sem cláusula de

suspensão de ações judiciais coletivas por 180 dias, por parte dos sindicatos aderentes à CCV.

20- **Prorrogação por mais seis meses da possibilidade de realização de até 20 horas extras para os funcionários que aderiram a funções gratificadas:** na forma prevista no plano de funções (não clausular – estará no regulamento interno).

21- **Reclassificação das faltas de greve por conta do plano de funções:** realizadas no primeiro semestre de 2013.

22- **Realização de mesa temática sobre CABB:** para discutir questões específicas dos funcionários da CABB (Central de Atendimento), entre elas condições de trabalho e critérios de avaliação.

23- **PLR:** o modelo de distribuição terá a mesma estrutura do exercício anterior. O aumento no montante do programa foi distribuído para todas as faixas salariais (47% a mais):

* Escriturários receberam R\$ 5.837,15 e caixas executivos R\$ 6.236,38.

* Parcela variável do Módulo BB (vinculado ao resultado): a tabela de salários paradigma foi aumentada na mesma proporção de 47% a mais.

24- **Anistia de parte das horas de greve da campanha:** foi uma vitória importante dos bancários, principalmente dos bancos públicos, ter mudado o paradigma da regra da CCT sobre a compensação das horas de greve. Além de manter a data limite de possibilidade de compensar até 15 de dezembro, que é uma proteção aos bancários para não ficarem meses compensando, foi um avanço limitar no máximo uma hora por dia, o que pode anistiar até 70% das horas feitas por bancários comissionados, pois para aqueles que participaram de toda a greve iniciada em 19 de setembro seriam 18 dias de falta (108h ou 144h) e com a assinatura ocorrida em 18 de outubro, a compensação ficará entre 30 e 40 horas possíveis.

Avanços na Fenaban e no acordo específico

Os empregados da Caixa Econômica Federal participaram com muita força e unidade da Campanha Nacional 2013. Além de conquistarem reajuste real dos salários, junto com toda a categoria, no acordo específico avançaram em uma reivindicação importante, aprovada no 29º Conecef, que foi a proibição de agências com até 15 empregados ter horas compensadas, e mantiveram conquistas como a PLR Social.

A partir de janeiro de 2014, todas as horas extras realizadas nessas dependências serão pagas. Os empregados também conquistaram a criação de comissões paritárias para discutir condições de trabalho e PSI, o processo de seleção interna na Caixa.

Nas cláusulas de Saúde do acordo específico, a principal conquista foi a extensão da condição

de dependente indireto a filhos(as)/enteados(as) com idade entre 21 e 27 anos incompletos, que não possuam qualquer renda superior a R\$ 1.800,00, inclusive as provenientes de pensão alimentícia.

“A campanha neste ano demonstrou mais uma vez que a mobilização e a unidade dos trabalhadores são fundamentais para romper a intransigência dos banqueiros. Além de conseguirmos manter a política de aumento real, avançamos em muitos pontos do acordo específico. Queremos manter o diálogo com a Caixa e para isso conseguimos que o banco sinalizasse com a criação de duas comissões para discutir questões que afetam o dia a dia do trabalhador bancário, como o número de empregados por unidade, o assédio moral, as metas, entre outras questões”, afirma Jair Pedro Ferreira, coordenador da Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa.



Apucarana



Uberaba

As principais conquistas dos empregados

PLR Social

Mantida a PLR Social que estabelece a distribuição linear de 4% do lucro líquido entre todos os empregados. O menor pagamento de PLR, pela projeção que a Caixa fez de lucro, é de R\$ 8 mil para os técnicos bancários (TBN). A média prevista é de R\$ 9 mil. No caso dos cargos de caixa executivo, o valor é de R\$ 9.361,28, para tesoureiro é de R\$ 11.200,88 e avaliador penhor de R\$ 10.695,98.

Os bancários da Caixa receberão a regra básica da PLR proposta pela federação dos bancos (90% do salário mais R\$ 1.694), o valor adicional que se refere à distribuição linear de 2,2% do lucro líquido e a PLR Social.

Valores de PLR

Exemplos paradigmáticos, com base no lucro orçado

- TBN referência 203 - R\$ 8.000,48.
- Caixa executivo - R\$ 9.361,28.
- Tesoureiro - R\$ 11.200,88.
- Avaliador do penhor - R\$ 10.695,98.

Promoção por mérito

Com a aprovação, passa a valer a redução de 70 horas para 10 horas

de curso da Universidade Caixa para que seja computada na promoção por mérito.

Horas extras

O banco garantiu o pagamento de todas as horas extras nas unidades com até 15 empregados.

Licença

Atualmente os empregados têm direito a utilizar dois dias no ano para acompanhar os filhos ao médico. Essa licença agora poderá ser utilizada para acompanhar pais, companheiros/as e cônjuges.

Saúde Caixa

Aprovada a extensão da condição de dependente indireto a filhos/enteados com idade entre 21 e 27 anos incompletos que não possuam qualquer renda superior a R\$ 1.800, inclusive as provenientes de pensão alimentícia.

Comissões paritárias

A Caixa sinalizou, ainda, que pretende abrir o diálogo sobre temas cruciais para os empregados com a criação de duas comissões paritárias. Uma para discutir as condições de

trabalho, que debateria o número de empregados por unidade, o assédio moral, as metas e outras questões que afetam o dia a dia do empregado.

A outra abordará exclusivamente o PSI (Processo Seletivo Interno) com o objetivo de averiguar os problemas e aprimorar o processo para que todos os empregados tenham igualdade de oportunidades na ascensão profissional.

As comissões devem ter início em até 30 dias após a assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho e serão concluídas até 30 de março de 2014.

Dias parados

A compensação dos dias parados vai até 15 de dezembro em no máximo uma hora por dia. Isso representa anistiar 71% dos dias parados.

Vale-cultura

A Caixa participará do Programa de Cultura do Trabalhador, como empresa beneficiária, para distribuir o vale-cultura aos empregados que o requeiram e que tenham remuneração base igual ou inferior a 5 salários mínimos, conforme os termos estabelecidos pela Lei 12.761/2012 e seu regulamento.



Cornélio Procópio



Chapecó

■ Banco do Nordeste

Acordo garante novas conquistas

Com os 27 dias de greve, além do reajuste de 8% (aumento real de 1,82%) sobre as verbas salariais, os bancários do BNB arrancaram distribuição de 9% do lucro líquido na PLR, seguindo a Fenaban, PLR Social de 3%, vale-cultura, compromisso de contratação de mais 850 funcionários até o final de 2014, instalação do ponto eletrônico até março, mesa temática sobre terceirização e reativação de comissão paritária sobre PCR.

O acordo aditivo do BNB também prevê piso de R\$ 2.043,36 para os integrantes do Plano de Cargos e Remuneração (PCR) e de R\$ 1.148,97 para quem não integra o plano.

Pela primeira vez, o BNB autorizou o pagamento da antecipação da PLR imediatamente após a assinatura do acordo aditivo, um avanço im-

portante. Até bem pouco tempo, o BNB assinava o acordo meses depois dos demais bancos federais e a PLR sempre era rebaixada. Além disso, os bancários conquistaram a antecipação de 70% do valor a ser pago a título de participação nos lucros.

“Todas essas conquistas, especialmente na PLR, são importantes, mas há ainda o que ser conquistado, como a revisão do PCR, melhorias na previdência, no plano de saúde e no plano de funções, valorização do piso, entre outras demandas”, diz Carlos Souza, vice-presidente da Contraf-CUT. “Afinal, nossa luta pela defesa e ampliação dos direitos dos trabalhadores é incansável e permanente”, afirma o coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB (CNFBNB), Tomaz de Aquino.

■ Banpará



Belém

Bancários comemoram conquistas

Os funcionários do Banpará fizeram 30 dias de greve e depois de muita pressão conquistaram na audiência de mediação no Tribunal Regional do trabalho acordo aditivo com avanços em cláusulas econômicas e sociais, encerrando o movimento com forte sentimento de vitória. Os destaques ficam para o aumento do piso em 8,5% com repercussão na tabela do PCS, inclusive para o nível superior, promoção para todos em janeiro de 2014 na tabela do PCS (5% conforme a regra do PCS) e o aumento de 50% no anuênio, que representa dinheiro no bolso do trabalhador.

“Esse acordo não veio de graça, foi por força dessa greve que ficará marcada na história do nosso movimento. Foi o funcionalismo do banco, em todas as regiões do Pará, que teve coragem e disposição para enfrentar os assédios, as práticas antissindicais, a intransigência da direção do banco e do governo do Estado em mesa de negociação. A categoria no Banpará é o grande protagonista pela construção desse acordo, todos e todas são dignos dessa vitória”, comemora Rosalina Amorim, presidenta do Sindicato dos Bancários do Pará.

■ Banco da Amazônia

Avanços, mas com retrocesso na PLR

A proposta do banco foi aprovada em assembleia, após 34 dias de greve, mesmo com orientação contrária da Contraf-CUT, Fetec Centro-Norte e Sindicato do Pará, em virtude da incerteza com relação à PLR.

Inicialmente, o banco informou que concederia R\$ 511 em tiquetes, mas retirou a proposta depois que a Contec propôs o adiantamento/empréstimo de R\$ 500 a ser descontado em fevereiro de 2014.

“É óbvio que o banco optou pelo menor custo, que foi a proposta da Contec, mas avaliamos um equívoco enorme encerrar uma dura luta com proposição de empréstimos, uma vez que a rentabilidade do banco será comprometida por fatores alheios à governabilidade dos funcionários, como é o caso reestruturação da Capaf”, critica Miguel Pereira, secretário

de Organização da Contraf-CUT.

A forte greve, porém obrigou o banco a cumprir o acordo da Fenaban. Outra conquista importante foi a equiparação da gratificação de função dos supervisores de agências à dos supervisores da matriz, aumentando em 21,33% a gratificação.

“Os empregados do Banco da Amazônia estão de parabéns pela luta por seus direitos. Tivemos avanços na proposta do banco, mas insuficientes, tanto que a greve encerrou sem a certeza de que os trabalhadores terão PLR, o que infelizmente foi defendido pelos representantes do Movimento de Oposição Bancária, da Contec e da Aeba, que optaram por finalizar a greve. Mas a nossa luta não para, e seguiremos em busca de conquistas”, afirma a presidenta do Sindicato do Pará, Rosalina Amorim.

■ Banestes

Bom acordo com a maior mobilização

Com a greve de 21 dias junto com os bancários de todo o país, os funcionários do Banestes garantiram o cumprimento do acordo com a Fenaban, mantiveram direitos e avançaram em cláusulas do acordo específico.

Conquistaram 10,46% de reajuste nos auxílios alimentação e refeição, 46% a mais do que o da Fenaban, e conseguiram que a gratificação semestral de 25% passe a incidir sobre a verba do acordo 2003/2004, o que significa um aumento mensal de 1,5% a 3% para cada bancário.

“A assinatura desse acordo significou a concretização de importantes conquistas arrancadas na Campanha Salarial, graças à unidade e ao esforço dos trabalhadores do banco, que, este ano, fizeram uma das maiores mobilizações da categoria”, afirma Jessé Alvarenga, diretor do Sindicato do Espírito Santo e funcionário do Banestes.

■ Banrisul

Greve melhora PLR dos funcionários

Os funcionários do Banrisul aprovaram a nova proposta do banco, após greve de 42 dias em Porto Alegre com grande adesão no interior do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. A paralisação iniciou no dia 19 de setembro, juntamente com a greve nacional, e foi mantida após impasse nas negociações específicas até o dia 30 de outubro, na greve mais longa dos banrisulenses nos últimos 50 anos.

A proposta foi apresentada pelo banco em reunião de mediação com as entidades sindicais no TRT-RS. A PLR Banrisul, conquistada em 2012, subiu de 1% para 1,8% do lucro líquido, linear a todos os funcionários. Assim como a PLR da convenção dos bancários, será estendida junto com a 13ª cesta-alimentação de R\$ 1.000 a todos os afastados por doença ou acidente de trabalho.

O banco se comprometeu ainda a retomar a Comissão Paritária sobre Plano de Carreira, com a criação de subcomissões específicas para debater as questões dos funcionários das áreas de Tecnologia da Informação (TI) e Call Center. As conclusões dos trabalhos destes fóruns específicos serão encaminhadas à Comissão Paritária.

Os dias parados poderão ser compensados até 31 de dezembro de 2013, no limite de uma hora diária. O banco também se comprometeu a manter os compromissos assumidos relativos a férias e abono assiduidade agendados anteriormente, sem nenhum prejuízo aos grevistas.

“Foi uma greve massiva, histórica e vitoriosa, refletindo a força da mobilização dos trabalhadores do banco público dos gaúchos”, afirma Mauro Sales, presidente do Sindicato de Porto Alegre.



Jonatas Dias

■ BRB

Comissão discutirá plano de carreira

Os funcionários do Banco de Brasília (BRB) participaram da greve da categoria e conseguiram garantir o acordo com a Fenaban, com reajuste de 8,6% nos pisos. Conquistaram a criação de comissão para discutir correções no plano de carreira, com participação do Sindicato e aperfeiçoamento da redação da cláusula que trata do combate ao assédio moral.

Para os ex-auxiliares administrativos que, em dezembro deste ano, não estiverem alocados em outra função comissionada, perdendo assim o direito à indenização, o banco propôs uma substituição eventual na função de analista júnior por cinco meses. O banco se comprometeu ainda a discutir uma resolução definitiva sobre esse assunto dentro desse prazo.

■ Banese

Abono e mais delegados sindicais

Com uma greve de 21 dias, os funcionários do Banese conquistaram, além de 1,82% de aumento real (mesmo da categoria), abono de R\$ 1.100, alteração de 2,7 para 3,1 das moedas e reajuste de 10% na função gratificada dos coordenadores de caixa, atendimento e retaguarda.

“Foi uma negociação difícil. As duas propostas iniciais foram recusadas, os funcionários persistiram na greve e o banco só mudou de posição em negociação na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego”, avalia José Souza, presidente do Sindicato de Sergipe.

Também conseguiram dobrar de 5 para 10 delegados sindicais, aumentando a capacidade de organização.

Projeto-piloto testa medidas contra assaltos



Beto Oliveira

Está em andamento o projeto-piloto de segurança bancária, implantado em Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A iniciativa, proposta pelo Comando Nacional dos Bancários, foi uma das conquistas nas negociações com a Fenaban na Campanha de 2012, com o objetivo de testar medidas de prevenção contra assaltos e proteger a vida de trabalhadores e clientes.

Após várias reuniões no final de 2012 e início de 2013, o protocolo foi assinado no dia 14 de maio deste ano entre a Contraf-CUT, Sindicato dos Bancários de Pernambuco, Febraban, Ministério Público, prefeituras dos três municípios e governo estadual. A duração do projeto-piloto é de um ano.

Os bancos tiveram prazo de 90 dias e instalaram

os equipamentos previstos no acordo em mais de 200 agências: portas de segurança com detectores de metais, câmeras internas e externas, biombos entre a bateria de caixas e as filas, guarda-volumes e cofre com dispositivo de retardo, além de garantir vigilantes com coletes a prova de balas e armados de acordo com a Lei 7.102/83.

O projeto-piloto constituiu também um grupo de trabalho, formado por representantes da Contraf-CUT, do Sindicato e dos seis maiores bancos (BB, Itaú, Bradesco, Caixa, Santander e HSBC), cuja primeira reunião ocorreu no dia 4 de novembro, em Recife. Os bancários solicitaram a inclusão do BNB, o que foi aceito pela Febraban, e das entidades dos vigilantes, o que ficou de ser avaliado pelos bancos.

Projeto estatuto de Segurança Privada

Está em fase final de elaboração no Ministério da Justiça o projeto de lei que cria o Estatuto da Segurança Privada, que visa atualizar a lei nº 7.102/83 que está defasada, mas não vem sendo cumprida por bancos e empresas de vigilância e transporte de valores. Em 2013, os bancos já foram multados em mais de R\$ 15 milhões por descumprimento dessa legislação, durante as reuniões da Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) da Polícia Federal.

O projeto foi iniciado em 2007 pela Polícia Federal e, desde então, tem várias versões, a partir do diálogo com os todos os setores que integram o segmento. “Há importantes avanços, porém a última versão apresentada pelo ministro traz retrocessos, como a proposta levada pelos bancos de transformar a segurança nas instituições financeiras em matéria de interesse nacional”, afirma o secretário de imprensa da Contraf-CUT e coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária, Ademir Wiederkehr.

“Isso é um absurdo diante da eficácia comprovada de centenas de leis municipais, que já salvaram milhares de vidas, e do reconhecimento do STF de que o município tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, como é o caso da segurança e do atendimento nos bancos”, destaca o dirigente sindical.

Para o presidente da CNTV, José Boaventura Santos, o projeto avançou, mas ainda há pontos que precisam evoluir. Uma delas é a necessidade de vidros blindados nas fachadas das agências. “Banco não é boutique. Se os banqueiros querem um layout moderno, que garantam a segurança dos vigilantes, dos bancários e dos clientes”, aponta.

O descaso dos bancos com a segurança não é novidade. Somente no primeiro semestre deste ano os seis maiores bancos lucraram R\$ 29,6 bilhões. Já as despesas em segurança ficaram em R\$ 1,6 bilhão, o que representa uma média de 5,4% em comparação aos lucros, segundo análise do Dieese.

“Os bancos preferem gastar bilhões de reais em novas tecnologias, como o sistema de pagamentos via celular que vai reduzir o emprego de bancários e vigilantes, a investir na proteção da vida das pessoas”, critica José Guerra, presidente do sindicato do Mato Grosso.

O presidente da CNTV lembra que 60% das 30 mortes em assaltos envolvendo bancos no primeiro semestre deste ano ocorreram em “saidinhas de banco”. Para Boaventura, “esse crime é de responsabilidade de banco, não é do cliente, não é do vigilante. Ele começa dentro da agência e, se é concretizado, é por falha na segurança das instituições financeiras”.

Segundo os bancos, foram registrados seis assaltos em Recife, Olinda e Jaboatão desde maio, quando começou o projeto-piloto. Os representantes dos bancários solicitaram os boletins de ocorrência e mais informações, como os nomes dos bancos e das agências, mas os bancos não forneceram. Eles informaram que ocorreram também dois crimes de “saidinha de banco”.

Os dirigentes sindicais deixaram claro para os bancos que o projeto-piloto só vai funcionar de fato se o grupo de trabalho tiver acesso às informações e a participação ativa de todos os atores envolvidos. Para tanto, foi solicitada a realização de uma reunião ampliada do grupo com a presença da Secretaria de Defesa Social do Governo de Pernambuco, do Comando da Polícia Militar, do Delegado Geral da Polícia Civil, do Ministério Público e das prefeituras das três cidades, bem como de representantes das agências que participam do projeto-piloto.

Mais transparência

Os representantes dos bancários cobraram ainda a isenção das tarifas de transferência, uma vez que no protocolo assinado um dos compromissos de responsabilidade da Febraban é “promover estímulos para a realização de transações eletrônicas (DOC, DDA, cartões, etc) e redução do saque em dinheiro”. Para os dirigentes sindicais, o melhor estímulo é a isenção das tarifas, evitando que os clientes sejam vítimas do crime da “saidinha de banco”.

Os bancários criticaram o modelo de biombo instalado por alguns bancos. “Queremos garantir a privacidade de quem está fazendo suas transações, a fim de coibir a ‘saidinha de banco’, o crime que mais mata pessoas em assaltos envolvendo bancos. As instituições financeiras ficaram de verificar o problema”, explica o diretor do Sindicato de Pernambuco, João Rufino.

Para o presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional dos Bancários, Carlos Cordeiro, os bancários esperam que as próximas reuniões com as partes envolvidas sejam mais produtivas. “Esperamos que os bancos atendam nossas reivindicações. Só assim o projeto-piloto irá trazer bons resultados para que, no futuro, as medidas previstas sejam estendidas para todo o Brasil”, projeta.



Seminário vai debater tendências tecnológicas e organizacionais



Gerardo Lazzari/Seeb-SP

A força da mobilização também arrancou da Fenaban o compromisso de realização de um Seminário sobre Tendências da Tecnologia no Cenário Bancário Mundial, em data a ser definida conjuntamente. Aprovada na 15ª Conferência Nacional dos Bancários, realizada em julho em São Paulo, essa é uma antiga reivindicação da categoria. O objetivo é debater e apresentar propostas diante de projetos de mudança tecnológica e organizacional dos bancos, reestruturação administrativa e introdução de novos equipamentos. E, assim, proteger o emprego, a segurança, a saúde, o meio ambiente e a integridade físico-psíquica dos bancários e clientes.

ter mudanças nizacionais



Um setor em permanente transformação

O sistema financeiro nacional está passando por uma nova reestruturação produtiva, resultado da introdução de novas tecnologias e da adaptação às mudanças na política econômica que forçou o sistema financeiro a reduzir taxas de juros e spread.

Para fazer frente a essa redução, os bancos estão se reestruturando para melhorar seu “índice de eficiência”, que é a relação entre as Receitas Totais e as Despesas Totais de um banco. É um indicador do tipo “quanto menor, melhor”.

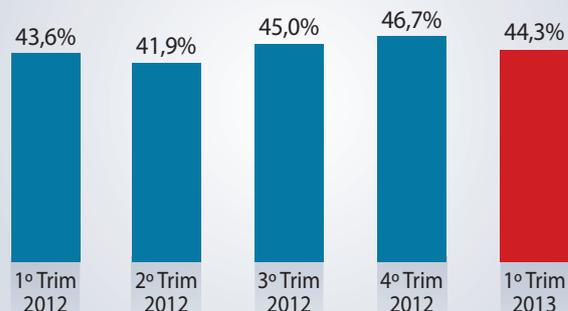
A linha seguida pelos bancos privados tem sido a de melhorar o índice mediante aumento das tarifas e principalmente corte nos postos de trabalho visando reduzir despesas. Veja ao lado como o Itaú e o Santander, por exemplo, buscam melhorar o “índice de eficiência” fechando empregos, aumentando a rentabilidade e intensificando a pressão e o assédio moral para o cumprimento de metas cada vez mais abusivas.

“Banco do futuro”

Os bancos também estão inovando no campo tecnológico. Itaú e Bradesco apresentaram recentemente suas agências do futuro, de alta tecnologia e sem qualquer característica das agências bancárias habituais, além da logomarca do banco.

Itaú e Bradesco também passaram a atender em horários diferenciados dentro de shoppings centers, sem qualquer contratação, aumentando

SANTANDER ÍNDICE DE EFICIÊNCIA¹ (%)



Nota: (1) Despesas Gerais/ (Margem financeira bruta + Receita de prest. de serviços e tarifas + desp. Tributárias + outras receitas/despesas operacionais).

Fonte: Demonstração Financeira do Banco. Elaboração: Dieese – Rede Bancários

a jornada de trabalho de seus funcionários. O Itaú está anunciando que as agências Uniclass já funcionam das 9h às 21h. E no Bradesco já há agências funcionando sem caixas.

Meios de pagamento móveis.

A presidenta Dilma sancionou no dia 9 de outubro último a Lei 12.865/13, a partir da MP 615, que trata das alterações no Sistema de Pagamentos Brasileiros, dos novos arranjos e das instituições de pagamentos a partir da introdução do uso de celulares, smartphones e tablets para operações de compra e pagamento – os chamados “mobile payment”.

No dia 29 de outubro, a Contraf-CUT enviou ofício ao Banco Central apresentando uma série de questionamentos e preocupações sobre os impactos das novas medidas no trabalho e no emprego da categoria bancária.

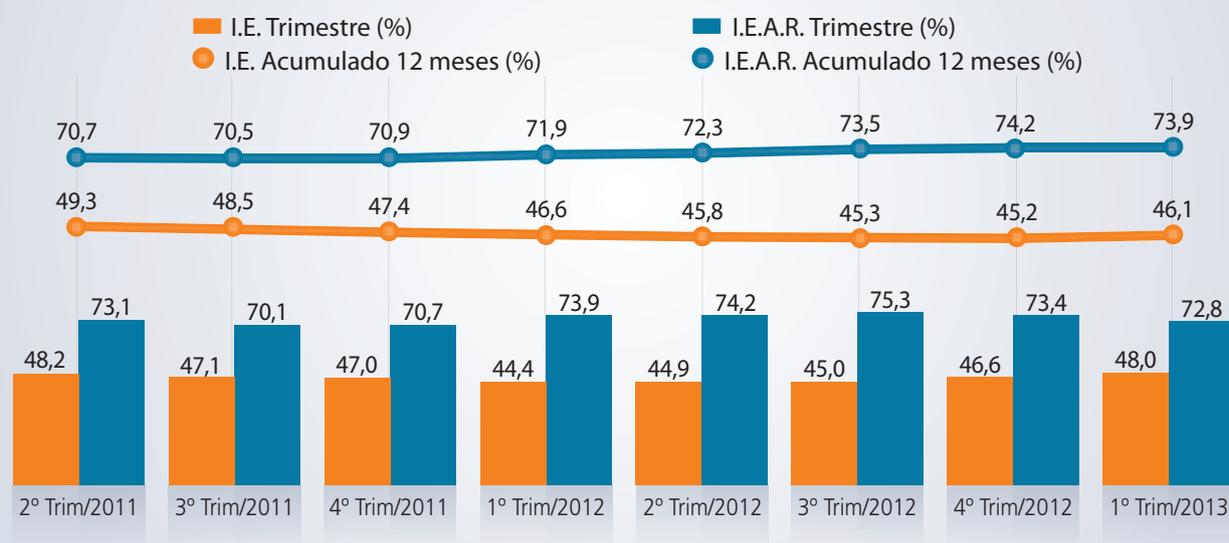
No dia 4 de novembro, o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o Bacen editaram, respectivamente, as Resoluções nº 4.282 e 4.283 e quatro circulares, instituindo o marco regulatório inicial. Nos três dias seguintes, o BC realizou em Fortaleza o V Fórum Banco

Central sobre Inclusão Financeira para explicar a nova legislação, do qual a Contraf-CUT participou.

Para Miguel Pereira, secretário de Organização da Contraf-CUT, que esteve no encontro de Fortaleza, a participação durante os três dias de fórum foi muito importante para ter acesso a um grande volume de informações desse novo processo que se inicia e que irá em breve impactar o trabalho e o nível de empregos da categoria, bem como estabelecer contatos com atores sociais que comungam das mesmas preocupações.



ITAÚ - ÍNDICE DE EFICIÊNCIA AJUSTADO PELO RISCO (I.E.A.R)* E ÍNDICE DE EFICIÊNCIA (I.E.)



Fonte: Demonstração Financeira do Banco. Elaboração: Dieese – Rede Bancários

E o celular vira banco

“Muitos setores da sociedade, assim como nós, também estão expressando preocupações muito parecidas como as que formulamos ao BC em ofício e que até o momento não obtivemos as respostas. Vamos continuar insistindo, até porque o BC afirmou que essas normas são prudenciais e que a regulação virá gradativamente”, acrescenta Miguel.

“A ideia é transformar as atuais agências bancárias apenas em espaços de negócios e relacionamentos com os clientes, redefinindo por completo a atividade bancária, número de funcionários por dependência, tudo vai mudar. Atendimento será feito via mobile, correspondentes etc. Essa é a estratégia dos grandes bancos”, alerta Miguel.

Paralelo à implantação dessas medidas, outras inovações também chegam ao mercado, como a biometria para utilização de ATMs inteligentes, que farão a reciclagem das notas, evitando reabastecimentos e o depósito inteligente, onde o próprio terminal checará a quantidade de notas e cheques depositados e já disponibilizará ime-

diatamente o saldo na conta corrente, além de até falar com os clientes, entre outras possibilidades. Haverá disponibilização de acesso aos serviços bancários via Facebook. “O Bradesco está desenvolvendo a opção de colher um depósito em cheque pelo celular, a partir da captura da imagem”, comenta Miguel.

E tudo isso não se restringe às operações bancárias. Essa nova tecnologia será amplamente difundida para todo tipo de pagamentos, incluindo os do comércio e das empresas não financeiras. Seja através da utilização de códigos, seja através de sistema de leitura.

A diretoria executiva da Contraf-CUT aprovou convocar o Macrossetor de Serviços, convidando a CUT a participar, para aprofundar o debate dos impactos das novas tecnologias na organização, divisão e nível de emprego das categorias envolvidas: bancários, comerciários, telecomunicações, TI, Vigilância em Segurança Bancária e Processamento de dados.

LUTA E PRESSÃO DOS BANCÁRIOS GARANTEM VITÓRIAS

Além dos avanços da Campanha Nacional, os bancários e os trabalhadores brasileiros em geral obtiveram importante conquista neste segundo semestre, ao conseguirem adiar por tempo indeterminado, depois de meses de mobilização, a votação do projeto de lei (PL) 4330/2004, do empresário e deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que permite a terceirização em todas as áreas das empresas, até mesmo nas atividades-fim.

“A mobilização impediu que o relatório do PL 4330/04 fosse votado na CCJC. E somente no dia 15 de outubro voltou à pauta geral da Câmara dos Deputados”, comemora Miguel Pereira, secretário de Organização da Contraf-CUT, que coordena esse debate na categoria.

Em tese, o PL 4330 está apto a ir ao plenário da Câmara a qualquer momento, mas há um acordo entre as bancadas do PT, do

PCdoB e diversos parlamentares de outros partidos para que o projeto não seja votado na atual legislatura, que termina em 31 de dezembro de 2014.

“Foi uma vitória histórica dos trabalhadores capitaneados pela CUT, na qual os bancários tiveram participação destacada”, comemora Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT. “A categoria está de parabéns. Os sindicatos de todo o país compreenderam a importância estratégica de derrotar o PL 4330 e fizeram uma grande mobilização. Se o projeto tivesse sido aprovado, as conquistas das campanhas nacionais dos bancários seriam anuladas, uma vez que os bancários certamente seriam substituídos por trabalhadores terceirizados, prestadores de serviços, pessoas jurídicas e correspondentes bancários, por exemplo.”

A CUT e a Contraf-CUT continuam monitorando a tramitação do projeto, inclusive um semelhante que está no Senado (PLS 087), para evitar que os trabalhadores sejam pegos de surpresa diante de manobras de bastidores conduzidas pela bancada patronal.



Roberto Parizotti

DAS RUAS AO CONGRESSO, 7 MESES DE MOBILIZAÇÕES



11 DE JUNHO - Trabalhadores ocupam o plenário da CCJC para pressionar os parlamentares. Centenas de outros manifestantes ficaram do lado de fora do prédio do Congresso Nacional. Diante da pressão do movimento sindical, o presidente da Comissão, deputado Décio Lima (PT-SC), adia a votação para 9 de julho, concedendo mais tempo para a busca de um entendimento na mesa quadripartite. “Ganhamos uma batalha, mas a guerra está longe de terminar. Por isso convocamos nossas entidades a intensificarem a mobilização e os contatos com os parlamentares”, proclama Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT.

Desde que o deputado relator Arthur Maia (PMDB-BA) apresentou seu substitutivo à CCJC recomendando a aprovação do PL 4330 do deputado empresário Sandro Mabel (PMDB-GO), no dia 2 de abril de 2013, foram quase sete meses de mobilização crescente dos trabalhadores para impedir a sua votação no Legislativo.

Em 4 de abril começa a correr o prazo de cinco sessões ordinárias para a CCJC votar o substitutivo do relator, que recebe 121 emendas dos parlamentares, todas ignoradas pelo deputado Arthur Maia.

“Diante da gravidade da situação, pois o projeto podia ser votado a qualquer momento, as centrais imediatamente buscaram atuar de maneira conjunta para dar resposta

ao ataque, produzindo novas emendas ao substitutivo que asseguravam os direitos dos trabalhadores, tais como limites à terceirização, permitindo por exemplo apenas a terceirização de atividades-meio (limpeza, segurança), desde que devidamente comprovada a sua especialização, e proibindo a terceirização das atividades-fim”, lembra Iaci Azamor Torres, presidente do Sindicato de Campo Grande.

Num esforço inédito, a CUT e as centrais conseguiram constituir uma mesa quadripartite (movimento sindical, empresas, governo e parlamentares) para buscar a negociação que alterasse a proposta do relator e garantisse os direitos dos trabalhadores, tanto terceirizados quanto contratados diretamente pelas empresas.

Mas a bancada patronal, coordenada pela Fenaban, impediu qualquer avanço nas negociações. Apostava nas manobras

TRABALHADORES OCUPAM A CÂMARA



Aguinaldo Azevedo

10 DE JULHO - Com o auditório tomado pelos trabalhadores, e presença maciça dos bancários, a CCJC da Câmara dos Deputados retira novamente de pauta o substitutivo do deputado Artur Maia (PMDB-BA), após o fechamento de um acordo estabelecendo a realização de quatro reuniões semanais da mesa quatripartite para se tentar chegar a um acordo sobre o texto do projeto de lei. A intransigência da bancada patronal, que não abre mão da terceirização das atividades-fim, inviabilizaria o acordo.



9 DE JULHO - A Contraf-CUT, federações e sindicatos ocupam novamente o plenário da CCJC e o Anexo IV da Câmara dos Deputados. E também visitaram os gabinetes dos parlamentares. Na terceira reunião da mesa de negociação quadripartite (centrais sindicais, governo, parlamentares e empresários), realizada no mesmo dia, a bancada patronal (coordenada pelo representante da Fenaban, Magnus Apostólico) rejeitou as alterações no PL propostas pelas centrais sindicais e insistiu na votação do projeto de lei 4330, adiada para o dia seguinte.

parlamentares e na votação urgente do projeto de lei, com a possibilidade concreta de obter maioria no plenário da CCJC.

Diversas vezes a proposta entrou na pauta de votação da CCJ e foi barrada graças à mobilização da CUT, com participação destacada dos bancários capitaneados pela Contraf-CUT. A primeira vez foi no dia 28 de maio, violando acordo fechado na mesa quadripartite. A votação não ocorreu porque naquele dia houve sessão extraordinária do plenário geral da Câmara.

Acompanhe na sequência as tentativas de votação do PL 4330 e a mobilização dos trabalhadores.

DIA NACIONAL DE LUTA



Roberto Parizotti

11 DE JULHO – Como em todas as regiões, bancários param as agências da avenida Paulista, em São Paulo, e se juntam a outras categorias profissionais no Dia Nacional de Lutas convocado pela CUT e pelas centrais sindicais em defesa da pauta dos trabalhadores, que inclui a retirada definitiva do PL 4330 do Congresso, as reformas agrária, tributária e urbana, a luta para que as reduções de tarifa do transporte não sejam acompanhadas de qualquer corte dos gastos sociais, 10% do orçamento da União para a saúde pública, 10% do PIB para a educação pública e a valorização das aposentadorias, além da democratização da mídia.



Luiz Carvalho/CUT

13 DE AGOSTO – Com o Congresso Nacional tomado por milhares de trabalhadores da CUT, entre os quais mais de 500 bancários, a CCJC adia para 3 de setembro a votação do PL 4330 que estava marcado para aquele dia. “Foi uma vitória principalmente da classe trabalhadora cutista. Mas não podemos nos desmobilizar porque ninguém garante que a bancada patronal coloque o PL em votação a qualquer momento. Essa ameaça vai potencializar a greve geral do dia 30 de agosto em defesa da agenda da classe trabalhadora”, disse o presidente da CUT, Vagner Freitas, na plenária realizada no início da noite daquele dia 13 na esplanada em frente ao Congresso (foto).



Aguinaldo Azevedo

14 DE AGOSTO – Mesmo com a votação adiada, pelo menos duas centenas de representantes dos trabalhadores, a grande maioria com camisetas da CUT, ocupam novamente a CCJC da Câmara para exigir o “arquivamento já” do PL 4330. Mesa quadripartite ganha tempo para definir novo calendário de negociações em busca de um acordo sobre terceirização que não seja prejudicial aos trabalhadores.



20 DE AGOSTO - Mesa quadripartite volta a se reunir na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília, depois que a CUT rejeitou a proposta anterior apresentada pelo governo federal. CUT e demais centrais sindicais destacam mais uma vez aos representantes do governo e ao relator Arthur Maia (PMDB-BA), que manter um texto sem limites para a contratação de terceirizadas e a ausência de mecanismos que garantam os direitos dos trabalhadores emperram qualquer possibilidade de consenso.

DIA NACIONAL DE LUTA E MOBILIZAÇÃO



Valter Campanato/Agência Brasil
CUT - Paraná

30 DE AGOSTO – Com a Campanha Nacional esquentando, bancários participam em todo o país do Dia Nacional de Luta e Mobilização convocado pela CUT e demais centrais sindicais em defesa da pauta de reivindicações dos trabalhadores, que tem como um dos eixos centrais o combate ao PL 4330. Na foto, bancários de Curitiba fazem passeata pelo centro da capital paranaense.



3 DE SETEMBRO – Pressionada por cerca de 200 trabalhadores que conseguiram entrar no plenário e outros três mil manifestantes que cercaram o Congresso Nacional e foram impedidos de entrar no prédio com muita violência por parte das polícias militar e legislativa, que chegaram a usar cassetetes e gás de pimenta, a CCJC cancela a sessão, adiando mais uma vez a votação do PL 4330. Na foto, PM do DF lança gás de pimenta contra manifestantes em frente ao prédio do Congresso.



4 DE SETEMBRO – Após as manifestações do dia anterior, em reunião com a CUT, e parlamentares, o presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), assume compromisso de não colocar o PL4330 em votação enquanto o tema não for amplamente discutido e marca Comissão Geral sobre o tema para o dia 18 de setembro no plenário geral. “O trabalho da nossa militância foi extraordinário e fez com que os deputados suspendessem a votação e ainda criássemos espaço para aprofundar esse debate”, comemorou a secretária geral da Contraf-CUT, Ivone Maria da Silva

Ronaldo Barroso



Guina Ferraz



Guina Ferraz



Guina Ferraz

A BUSCA E CONQUISTA DE APOIO NA SOCIEDADE

Enquanto ocorria o enfrentamento no Congresso, foi intensa a busca de apoio e interlocução da Contraf e da CUT junto a outros atores sociais contra o PL 4330. Entidades muito importantes aderiram à campanha, como a OAB, a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho) e a ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), além do apoio formal de 19 dos 26 ministros do TST, de todos os presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho do país e de especialistas da academia.

A PRESSÃO NOS ESTADOS

Além da pressão dentro do Congresso Nacional e dos dias nacionais de luta, as entidades sindicais dos bancários ampliaram a luta contra o PL 4330 fazendo manifestações, denúncias à sociedade, audiências públicas nas câmaras de vereadores e assembleias legislativas e visitando os deputados federais nos seus estados de origem. Na foto, bancários do Rio cobram posicionamento contrário ao PL 4330 dos deputados federais do estado.

18 DE SETEMBRO – Na Comissão Geral realizada no plenário da Câmara para discutir o PL 4330, a luta de classes se materializa com toda a crueza. De um lado, os trabalhadores, parlamentares de partidos progressistas e representantes de entidades do campo do Direito do Trabalho - que defenderam o arquivamento do projeto de lei. Do outro, as associações empresariais e deputados conservadores que não abrem mão do PL, entre eles o negociador da Fenaban, Magnus Apostólico. As galerias do plenário Ulysses Guimarães ficaram praticamente vazias, porque os trabalhadores foram barrados do lado de fora. “Se fosse realmente a Casa do Povo, a Câmara deveria estar lotada. Há claramente uma diferença de tratamento por parte da presidência da Câmara em relação a empresários e trabalhadores. Até por isso é importante uma reforma política que acabe com o financiamento privado das campanhas eleitorais”, criticou o presidente da CUT, Vagner Freitas. O PL foi remetido novamente à CCJC, cuja tramitação foi suspensa no dia 15 de outubro.



Nando Neves



ATORES ADEREM À CAMPANHA

Importante na campanha contra o PL 4330 foi a adesão de consagrados atores e atrizes nacionais que integram o movimento Humanos Direitos. Eles participaram gratuitamente de vídeos produzidos pela Anamatra. Entre eles se destacam Wagner Moura, Camila Pitanga, Osmar Prado e Dira Paes. Assista aos vídeos nos sites da Anamatra e da Contraf-CUT: www.anamatra.org.br ou www.contrafcut.org.br

O que aconteceria se o PL fosse aprovado

- Seria a autorização legal para os bancos substituírem todos os funcionários por terceirizados, principalmente caixas, atendimento e gerentes, que passariam a ser fornecidos aos bancos por empresas especializadas ou transformados em PJ para atuarem como corretores. Ou seja, seria o fim da categoria e, por conseguinte, da Convenção Coletiva de Trabalho dos Bancários.
- Haveria a institucionalização definitiva da figura dos correspondentes, que atualmente substituem agências e postos de atendimento pelo país afora. Hoje já há cerca de 360 mil estabelecimentos bancários cadastrados como correspondentes, contra 22 mil agências.
- Tudo porque o PL 4330 claramente define que os direitos, benefícios e salários são diferenciados de acordo com a natureza da empresa contratante, seja um banco ou uma padaria, mesmo que exerçam a mesma tarefa.

II Censo da diversidade sai no primeiro semestre de 2014

Estão bem avançadas as negociações do grupo de trabalho coordenado pela Contraf-CUT com a Fenaban para a realização do II Censo da Diversidade Bancária. Foram realizadas três reuniões até agora, com algumas resistências por parte dos banqueiros, mas também com avanços importantes.

Conquista da Campanha Nacional 2012, a principal novidade do Censo será a pesquisa sobre a população LGBT. Depois de três reuniões, a Fenaban aceitou que haja duas questões sobre o tema, uma sobre orientação sexual, tendo como alternativas heterossexual, homossexual e bissexual e outra sobre a identidade de gênero com as opções transexual e travesti. A pesquisa será aplicada pela Fenaban, sob a orientação e consultoria do Centro de Estudos de Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT).

O objetivo da pesquisa na questão LGBT é saber o número de bancários e bancárias que pertencem a esse grupo e verificar se os bancos estão cumprindo a cláusula 48 da Convenção Coletiva, que trata da isonomia para casais homoafetivos, se os direitos desses bancários e bancárias estão sendo respeitados e utilizados por eles.

Relação compartilhada

Embora tenha havido avanços na questão LGBT, os bancos se recusaram incluir a questão sobre relação compartilhada, que daria um quadro sobre o tempo que bancários e bancárias dispõem para compartilhamento das tarefas, guarda de filhos e cuidados com a família.

Outra questão importante para saber como anda a desigualdade de tratamento entre homens e mulheres, apontada no Mapa da Diversidade realizado em 2008, é a proposta de perguntar para as mulheres se elas conhecem as descrições dos cargos e funções, suas características técnicas, essenciais para a mudança de cargos e promoções. A inclusão dessa questão ainda está sendo avaliada pela Fenaban.

A Contraf-CUT encaminhou ofício à Fenaban solicitando que a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (Ipea) sejam mais uma vez convidados a participar dos trabalhos, recompondo o GT Técnico que acompanhou o primeiro questionário, que deu origem ao Mapa da Diversidade, realizado em 2008.

“A participação do GT Técnico qualifica os trabalhos, principalmente na hora de fazer os cruzamentos por gênero, raça, salário, por promoção. É quando conseguiremos constatar o que melhorou ou não de cinco anos para cá”, afirma Andrea Vasconcelos, secretária de Políticas Sociais da Contraf-CUT.

Outra questão fundamental apresentada pela Contraf-CUT é sobre a garantia de sigilo para os bancários que responderão ao questionário: “Queremos atingir mais de 50% da categoria, ir além dos 204 mil que participaram em 2008, no Mapa da Diversidade. Para isso, precisamos dar segurança para os bancários que seu sigilo será respeitado”, destaca Andrea.



Desigualdades entre negros aumentam, apesar de progr



A pesar dos programas sociais e do aumento real do salário mínimo implementados nos governos Lula e Dilma Roussef terem melhorado a vida de milhões de brasileiros, o que beneficiou os trabalhadores negros que estão em sua maioria na base da pirâmide social do país, as desigualdades entre negros e brancos aumentou no Brasil. A avaliação é de Cida Bento, doutora em Psicologia Social e Coordenadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (Ceert), em palestra no II Fórum

Nacional pela Visibilidade Negra no Sistema Financeiro, realizado pela Contraf-CUT, Fetraf Rio/Espírito Santo e Sindicato do Rio de Janeiro nos dias 13 e 14 de novembro na capital fluminense.

"O número de brasileiros que ascendeu socialmente é considerável e sabemos que a maioria das pessoas que estão na parte mais baixa da pirâmide social são negros. Mas é preciso saber por que, apesar desses avanços, a diferença da renda média dos brancos ainda é grande em relação aos negros", disse. Segundo índices oficiais, de 2003 a 2009 a renda per capita dos negros saltou de R\$ 355 para R\$ 513 e dos brancos subiu de R\$ 835 para R\$ 985.

e brancos amas sociais

Educação

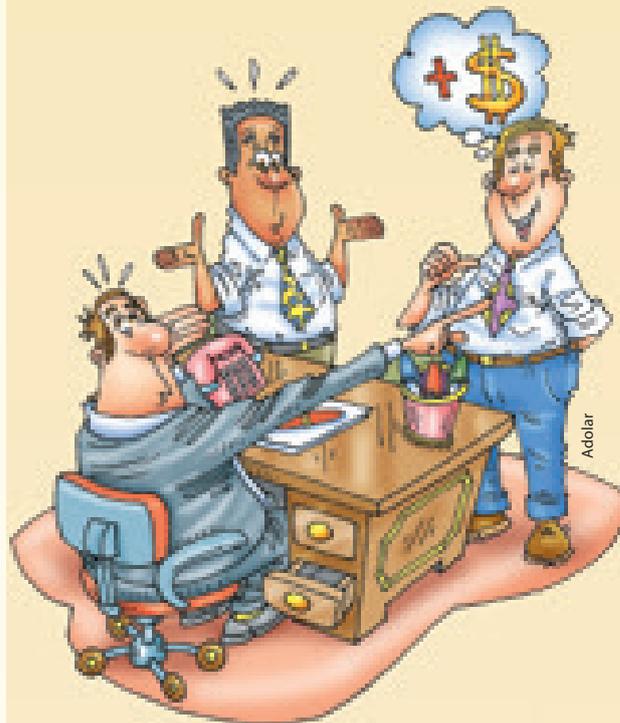
A pesquisadora destacou também a decisão histórica do Supremo Tribunal Federal (STF) em favor das ações afirmativas, como as cotas raciais, e os problemas que persistem na educação. "Os negros, hoje, com as cotas têm mais acesso à universidade, mas muitos não conseguem dar continuidade aos estudos por não conseguirem bancar o custo com passagem, alimentação e material escolar. O que nos assusta é que, mesmo com as ações afirmativas e programas sociais, ainda não superamos a diferença entre as raças", lamenta.

A professora explica que, mesmo num programa social importante como o Prouni a discriminação está presente. "Segundo dados do próprio Ministério da Educação, 46,6% dos bolsistas são brancos e apenas 12,5% são negros. Os pardos somam 37,3%. Se não houver ações afirmativas, as desigualdades continuarão crescendo. Os programas sociais são positivos mas não solucionam sozinhos a questão racial", critica.

Discriminação nos bancos

O presidente do Sindicato do Rio, Almir Aguiar, criticou a discriminação no sistema financeiro. "Mesmo nos bancos públicos, quando negros conseguem o emprego via concurso público, há uma barreira para a ascensão profissional, até porque a maioria dos brancos estudou em escolas de melhor qualidade e têm mais acesso às universidades", disse.

Citou como exemplo os dados que comprovam o preconceito racial no mercado de trabalho bancário. "No setor financeiro apenas 19% dos trabalhadores são negros, enquanto que a média do mercado de trabalho do país é de 35%. Temos que cobrar da Fenaban a contratação de mais bancários e bancárias da raça negra e garantirmos a igualdade de oportunidades", disse.



Média salarial de negros é 36% menor, aponta Dieese

Estudo divulgado pelo Dieese dia 13 de novembro revela que os negros representam 48,2% dos trabalhadores nas regiões metropolitanas, mas sua média salarial é 36,1% menor do que a de não negros. A pesquisa, realizada entre 2011 e 2012 nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo, além do Distrito Federal, aponta desproporção também em relação à formação educacional.

Dos negros trabalhadores, 27,3% não haviam concluído o ensino fundamental (que vai do 1º ao 9º ano) e apenas 11,8% conquistaram o diploma de ensino superior, ao passo que entre os não negros em atividade 17,8% não terminaram o ensino fundamental e 23,4% formaram-se em uma faculdade. E, segundo o Dieese, esse cenário se reflete nos ganhos salariais.

Um trabalhador negro com nível superior completo recebe na indústria da transformação, em média, R\$ 17,39 por hora, enquanto um não negro chega a receber R\$ 29,03 por hora. Isso pode ser explicado porque "o avanço escolar beneficia a todos promovendo o aumento dos ganhos do trabalho, mas de maneira mais expressiva para os não negros".



País precisa de reformas política, tributária e das mídias. E rediscutir o sistema financeiro

Além da pauta de reivindicações, os 629 delegados que participaram da 15ª Conferência Nacional dos Bancários também aprovaram uma agenda política, com temas importantes da conjuntura nacional que precisam ser discutidos com os bancários e com a população, entre eles o combate sem tréguas ao PL 4330, uma reforma política para democratizar o Estado, a reforma tributária, para corrigir injustiças, o marco regulatório da mídia visando democratizar as comunicações e a Conferência Nacional do Sistema Financeiro.

Reforma política para fortalecer a democracia

A democracia brasileira enfrenta sérios riscos com o crescente descrédito dos fóruns representativos, notadamente o Legislativo, a desmoralização das atividades políticas e a quebra de confiança na construção de acordos e compromissos estáveis e duradouros nas casas legislativas.

Há uma urgente necessidade de reformar o poder de Estado, democratizando-o e submetendo-o ao controle da população, assim como de aperfeiçoar a relação entre o Poder Executivo e o Legislativo, fortalecer os partidos políticos e aumentando o grau de representatividade dos mandatos.

"Temos um sistema partidário frágil, fruto do processo nominal de escolha dos parlamentares, e um sistema eleitoral onde o poder econômico é cada vez mais decisivo", critica Jairo França,

presidente do Sindicato de Alagoas. Dados do TSE mostram que, dos 513 deputados federais, 369 foram os que mais gastaram nas campanhas.

Em oito anos, segundo levantamento da relatoria da Comissão de Reforma Política da Câmara, os gastos em campanhas saltaram de R\$ 800 milhões para R\$ 4,8 bilhões, tornando o processo eleitoral cada vez mais caro.

Hoje, das 513 cadeiras do Congresso, 246 (ou 48% do Congresso Nacional) são ocupadas por proprietários, industriais, banqueiros e fazendeiros. Além disso, muitos candidatos eleitos são financiados com recursos de empresários, que escolhem os que melhor representam seus interesses.

Por isso, a Contraf-CUT endossa as propostas da CUT para a reforma política, aprovadas pelo 3º Congresso da Confederação, realizado em abril de 2012:

- Financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, com recursos igualmente divididos entre homens e mulheres, com o objetivo de democratizar as disputas e acabar com o peso cada vez maior do poder econômico nas eleições.
- Voto em listas pré-ordenadas, assegurando equidade de gênero e representatividade dos jovens.
- Fim das coligações proporcionais.
- Critérios rigorosos de fidelidade partidária.
- Fim das emendas pessoais.
- Fim do caráter revisor do Senado.
- Fortalecimento de mecanismos de democracia direta, como plebiscitos, referendos e projetos de iniciativa popular.
- Combater a proposta de implantação do voto distrital, defendida por partidos e setores conservadores. Além de facilitar o controle dos colégios eleitorais pelo poder econômico, o voto distrital torna quase impossível a representação política de minorias.
- Proporcionalidade de representação por Estados da Federação.
- Eliminação das cláusulas de barreira.
- Fidelidade partidária e programática.
- Diminuição do número de assinaturas para Projetos de Iniciativa Popular e mecanismos de facilitação da sua coleta.
- Inclusão de mecanismos para democratização do Poder Judiciário e impedimento da judicialização dos conflitos.
- Estabelecer limite mínimo de 18 anos de idade para concorrer a cargos eletivos.
- Combate à corrupção tornando-a crime inafiançável.
- Fim da imunidade parlamentar para crimes penais e de corrupção

Por uma Conferência do Sistema Financeiro

É imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do Brasil que o sistema financeiro garanta crédito para a produção e para o consumo, a custos decentes. Não é o que acontece hoje no país, que oferece um volume de crédito apenas o equivalente a 53,2% do PIB, com os juros e spreads mais altos do mundo.

Hoje, segundo o instituto DataPopular, 39,5% da população brasileira não tem conta em banco. E mais de 35% dos municípios não possuem se-

quer uma agência ou posto de atendimento bancário.

Ao mesmo tempo, o Brasil pagou nos 12 meses entre abril de 2012 e abril deste ano R\$ 217,947 bilhões (4,81% do PIB) de juros da dívida pública, concentrada em um terço nas mãos dos bancos. É quase dez vezes o orçamento do Bolsa Família (R\$ 23 bi em 2013).

Somente os seis maiores bancos que operam no Brasil apresentaram lucro líquido de R\$ 51,4 bilhões em 2012 (equivalente a 1,5 vezes o orçamento para educação). São os mais lucrativos do mundo, com

rentabilidade média em torno de 19%, o que significa que a cada quatro anos eles dobram seu patrimônio.

O lucro do sistema financeiro vem, principalmente, de quatro fontes. Cerca de 25% em média vem da remuneração de títulos públicos, pagos com tributos da população que deveriam ser canalizados para programas sociais. Outros 25% são oriundos das tarifas bancárias, que antes cobriam cerca de 30% da folha de pagamento dos bancos e hoje cobrem, em média, 170%. Outra parte vem das seguradoras, que são dos bancos.

- Convocação por parte do governo federal de uma Conferência Nacional sobre o Sistema Financeiro, que envolva toda a sociedade, como ponto de partida para a regulamentação do Artigo 192 da Constituição, que regula o sistema. A conferência nacional deve ser precedida de conferências estaduais e municipais, de forma que a discussão envolva todos os atores econômicos e sociais.
- Que o Congresso crie a Comissão Parlamentar Mista do Sistema

Financeiro, para fiscalizar a atuação dos bancos.

- Que seja garantida a universalização dos serviços bancários, de maneira que todos os brasileiros possam ter conta em banco, sem discriminação de qualquer natureza, e acesso a crédito barato. Essa inclusão implica na abertura de agências ou postos de atendimento bancário em todos os municípios que não possuem esses serviços. É importante ter sempre em mente que a atividade bancária é uma concessão

pública, cuja matéria-prima são os recursos financeiros da própria sociedade. Portanto, os bancos (públicos e privados) têm uma função social a cumprir.

+ CRÉDITO - JUROS e TARIFAS

- Para a regulamentação do Artigo 192, a Contraf-CUT reafirma os princípios contidos no projeto apresentado ao Congresso Nacional em 1992 pela então CNB-CUT, que entre outros pontos defende:

- Redefinição do papel do Banco Central, que hoje funciona como um verdadeiro sindicato nacional dos bancos. É preciso inverter a lógica do BC, de forma que tenha a sociedade como referência e não o mercado. Ele deve incluir em sua missão, além do controle da inflação e da moeda, a implementação de metas voltadas ao desenvolvimento econômico e social do país.
- Ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN), com a inclusão de representantes dos

E a última parte procede de onde deveria vir, ou seja, da intermediação financeira, que é a função do sistema. E essa parte, por sua vez, vem do spread bancário, um dos mais altos do mundo, o que provoca a prática de juros igualmente elevados. Os bancos estrangeiros que atuam no Brasil cobram juros de 7% ao ano em seus países de origem e aqui cobram 70%.

"Esse modelo é nocivo ao Brasil. É urgente que a sociedade brasileira discuta o papel do sistema financeiro e defina que modelo de banco ela quer para o país", aponta José Arimatéia, presidente do Sindicato do Piauí. A Contraf-CUT, as federações, os sindicatos e a CUT têm um papel fundamental para popularizar esse debate.

Veja abaixo o que a Contraf-CUT propõe.



Fotos: Jailton Garcia/Contraf-CUT

setores produtivos e dos trabalhadores.

- Destinação do crédito por áreas determinadas segundo as necessidades de desenvolvimento econômico nacional ou regional.
- Exigência de manutenção dos empregos em quaisquer operações de incentivo ou socorro financeiro por parte do governo.
- Formulação de mecanismos de incentivo para o desenvolvimento das microfinanças, o que

inclui o aprofundamento do debate sobre a importância do cooperativismo e a atuação dos correspondentes bancários.

- Gestão dos recursos do Fundo Social do Pré-sal devem ficar a cargo, exclusivamente, dos bancos públicos brasileiros. Com isso, estes bancos terão um funding com um volume de recursos considerável, de modo a cumprirem suas tarefas junto ao governo e à sociedade brasileira. Junto com este Fundo, é necessária a

manutenção da gestão de todos os demais Fundos com recursos públicos pelos bancos estatais brasileiros, como previsto no §3º do Artigo 164 da Constituição da República Federativa do Brasil.



- Fortalecer os bancos públicos federais, regionais e estaduais.
- Deve ser papel dos bancos públicos brasileiros:
 - Contribuir para o

desenvolvimento sustentável das regiões do Brasil, notadamente as mais desfavorecidas.

- Ajudar o governo brasileiro nas políticas econômicas que visam reduzir as altas taxas de juros e spreads bancários praticados no País.
- Suprir com recursos baratos e acessíveis os diversos segmentos produtivos da economia brasileira, para que estes possam atingir níveis mais elevados de evolução tecnológica, gerando mais renda e empregos no Brasil.

Campanha da Lei da Mídia Democrática já está nas ruas

Foi lançada no dia 22 de agosto a Lei da Mídia Democrática, o Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações, que propõe a regulamentação dos artigos da Constituição de 1988 que garantem a pluralidade e diversidade e impedem monopólio ou oligopólio dos meios de comunicação de massa, estabelecendo princípios para a radiodifusão sob concessão pública (rádio e televisão).

O projeto, que precisa de 1,3 milhão de assinaturas para tramitar no Congresso Nacional, é

um instrumento da campanha “Para Expressar a Liberdade”, realizada por dezenas de entidades da sociedade civil que lutam por um sistema de comunicação democrático e estão organizadas no Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), coordenado pela CUT.

Esse trabalho é resultado de mais de 30 anos de luta pela regulamentação das comunicações no país e está baseado nos resultados da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada em 2009.

Por que o Brasil precisa de um novo marco

Segundo o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), há pelo menos quatro razões que justificam um novo marco regulatório para as comunicações no Brasil:

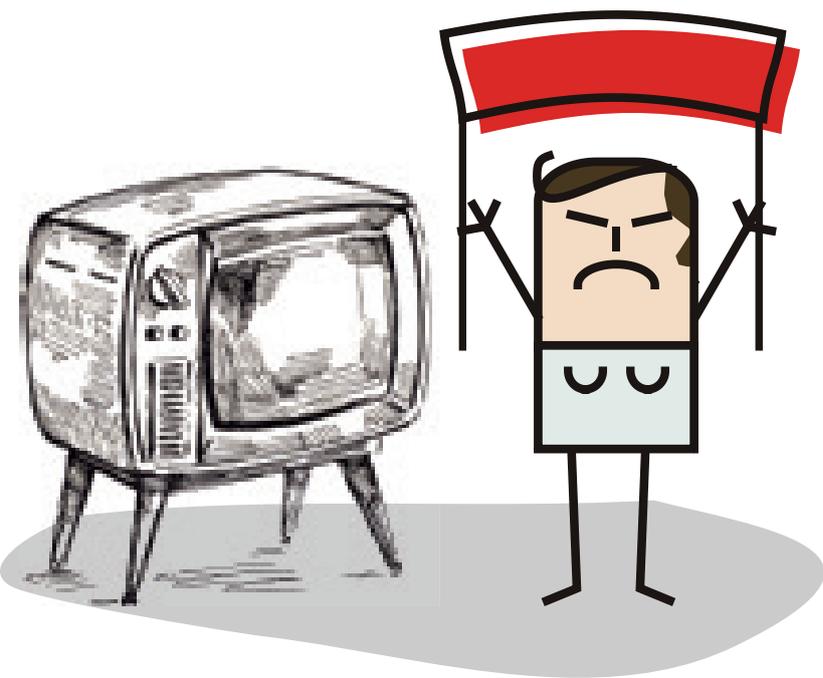
1. A ausência de pluralidade e diversidade na mídia atual, que esvazia a dimensão pública dos meios de comunicação e exige medidas afirmativas para ser contraposta.
2. A legislação brasileira no setor das comunicações é arcaica e defasada, não está adequada aos padrões internacionais de liberdade de expressão e não contempla questões atuais, como as inovações tecnológicas e a convergência de mídias.
3. A legislação é fragmentada, multifacetada, composta por várias leis que não dialogam umas com as outras e não guardam coerência entre elas.
4. A Constituição Federal de 1988 ainda aguarda a regulamentação da maioria dos artigos dedicados à comunicação (220, 221 e 223), deixando temas importantes como a restri-

ção aos monopólios e oligopólios e a regionalização da produção sem nenhuma referência legal, mesmo após 25 anos de aprovação.

“A ausência deste marco legal beneficia as poucas empresas que hoje se favorecem da grave concentração no setor. Esses grupos muitas vezes impedem a circulação das ideias e pontos de vista com os quais não concordam e impedem o pleno exercício do direito à comunicação e da liberdade de expressão, afetando a democracia brasileira”, diz José Avelino Barreto Neto, presidente da Fetec Centro-Norte.

Princípios e objetivos

O novo marco regulatório deve garantir o direito à comunicação e a liberdade de expressão de todos os cidadãos. Para isso, o Estado brasileiro deve adotar medidas de regulação democrática sobre a estrutura do sistema de comunicações, a propriedade dos meios e os conteúdos veiculados, de forma a:



“As manifestações de junho demonstraram a inquietude da população frente à situação de monopólio dos meios de comunicação no país e a Lei da Mídia Democrática se tornou um importante instrumento desse debate”, afirma Nilton Damião, vice-presidente da Fetraf RJ/ES.

“Os países com democracias consolidadas têm marcos regulatórios para as comunicações. Ao contrário o que dizem os representantes da grande mídia de que a regulamentação é uma tentativa de censurar os meios, em países como Inglaterra, França, EUA, Portugal e Alemanha, a existência dessas legislações tem significado a garantia de maior liberdade de expressão para amplos setores sociais”, compara Elias Jordão, presidente da Fetec Paraná.

Em todos esses países existem não apenas leis que regulam o setor, como órgãos voltados para a tarefa de regulação.

regulatório das comunicações

- assegurar a pluralidade de ideias e opiniões nos meios de comunicação;
- promover e fomentar a cultura nacional em sua diversidade e pluralidade;
- garantir a estrita observação dos princípios constitucionais da igualdade;
- prevalência dos direitos humanos; livre manifestação do pensamento e expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação, sendo proibida a censura prévia, estatal (inclusive judicial) ou privada; inviolabilidade da intimidade, privacidade, honra e imagem das pessoas; e laicidade do Estado;
- promover a diversidade regional, étnico-racial, de gênero, classe social, etária e de orientação sexual nos meios de comunicação;
- garantir a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal de comunicação;
- garantir a universalização dos serviços essenciais de comunicação;
- promover a transparência e o amplo acesso às informações públicas;
- proteger a privacidade das comunicações nos serviços de telecomunicações e na internet;
- proteger as crianças e adolescentes de toda forma de exploração, discriminação, negligência e violência e da sexualização precoce;
- garantir a acessibilidade plena aos meios de comunicação, com especial atenção às pessoas com deficiência;
- promover a participação popular na tomada de decisões acerca do sistema de comunicações brasileiro, no âmbito dos poderes Executivo e Legislativo;
- promover instrumentos eletrônicos de democracia participativa nas decisões do poder público.

Reforma tributária para corrigir injustiças

A estrutura tributária brasileira é complexa, injusta e regressiva. Favorece os mais ricos, penaliza a população mais pobre e representa um entrave para o desenvolvimento econômico e social do país.

Um dos principais desafios dos trabalhadores hoje é inverter a estrutura tributária do Brasil, transformando-a num forte instrumento de distribuição de renda e riqueza, ampliando as possibilidades de erradicação da pobreza e de redução das desigualdades sociais.

"Para isso é preciso instituir a tributação progressiva como princípio, priorizando a taxa-ção sobre a renda, a propriedade e os ganhos de capital, ao invés de taxar o consumo, como acontece hoje, o que faz com que os mais pobres paguem mais impostos, enquanto os mais ricos paguem menos ou não paguem impostos", diz Roberto von der Osten, secretário de Finanças da Contraf-CUT.

Um estudo de janeiro de 2013 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), feito por três economistas brasileiros, conclui que o consumo representa 45% da arrecadação no Brasil e a renda, apenas 19%. Nos países desenvolvidos, essas proporções são 29%

e 38%, respectivamente.

Um exemplo gritante da injustiça tributária: o Brasil é hoje o dono da segunda maior frota de aviões civis do mundo, incluindo jatos, turboélices e helicópteros – no último caso o Brasil é o primeiro do ranking – e nenhum deles paga IPVA. As lanchas particulares e iates também pouco pagam IPVA. Mas, o trabalhador que tem carro popular não escapa da taxa-ção do Fisco todos os anos.

Uma reforma tributária nesses parâmetros também contribuirá para acabar com a guerra fiscal entre estados e municípios.

Para a José Pinheiro de Oliveira, presidente do sindicato de Rondônia, "o movimento sindical precisa se apropriar do tema e fazer o debate com os trabalhadores, com vistas à disputa dessa agenda na sociedade".

A Confederação assume as bandeiras da CUT, que passa **pelas seguintes propostas:**

- Aperfeiçoar a progressividade da estrutura tributária, no que se refere aos tributos diretos (aplicados sobre renda) e indiretos (sobre preços).
- Elevar o peso dos tributos diretos sobre renda e patrimônio.
- Regulamentação do imposto sobre grandes fortunas e heranças, criando novos recursos para sustentar uma política de valorização do salário mínimo e outras políticas sociais.
- Desonerar a cesta-básica. E onerar a especulação financeira.
- A desoneração da folha de pagamento, se for feita, deve ser acompanhada de contrapartidas que garantam o financiamento da seguridade social e a garantia de geração de emprego.
- Incentivar investimentos produtivos, que gerem emprego e renda e garantam recursos para a seguridade social.
- Incentivar a formalização do trabalho.
- Propiciar aos contribuintes maior transparência dos impostos e contribuições aplicados.
- Combater as fraudes e a sonegação.
- Eliminar a guerra fiscal.
- Ampliar a capacidade de investimento do Estado nas áreas sociais e de infraestrutura econômica.
- Garantir recursos para o orçamento da Seguridade Social.
- Fim da isenção de IR à distribuição dos lucros e dividendos, na remessa de lucros e dividendos ao exterior e nas aplicações financeiras de investidores estrangeiros no Brasil.

Revista dos bancários

Publicação de responsabilidade da Contraf/CUT

Rua Líbero Badaró, 158, 1º andar,
Centro - São Paulo, SP - CEP: 01008-000
Fone: (11) 3107-2767

Presidente

Carlos Alberto Cordeiro da Silva (Itaú Unibanco/SP)

Vice-Presidente

Carlos de Souza (Banco do Brasil/RJ)

Secretaria-Geral

Ivone Maria da Silva (Itaú Unibanco/SP)

Secretaria de Finanças

Roberto von der Osten (Itaú Unibanco/PR)

Secretaria de Imprensa

Ademir Wiederkehr (Santander/RS)

Secretaria de Relações Internacionais

Mário Raia (Santander/SP)

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Walcir Previtalo (Bradesco/SP)

Secretaria de Formação

William Mendes (Banco do Brasil/SP)

Secretaria de Organização do Ramo Financeiro

Miguel Pereira (HSBC/RJ)

Secretaria de Políticas Sociais

Andrea Freitas de Vasconcelos (Bradesco/RR)

Secretaria de Assuntos Sócios Econômicos

Antonio Pirotti (Banrisul/RS)

Secretaria de Políticas Sindicais

Carlindo Dias de Oliveira (Bradesco/MG)

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Alan Patrício Menezes Silva (HSBC/PE)

Secretaria da Mulher

Deise Aparecida Recoaro (Santander/SP)

Secretaria de Relações do Trabalho

Adílson Martins Barros (Bradesco/RJ)

Coordenação e Edição: José Luiz Frare

Redação: José Luiz Frare, Maria Ester Costa e Luciana Ackermann.

Projeto gráfico e diagramação: Tadeu Araujo

Fotografias cedidas pelos sindicatos e federações de bancários

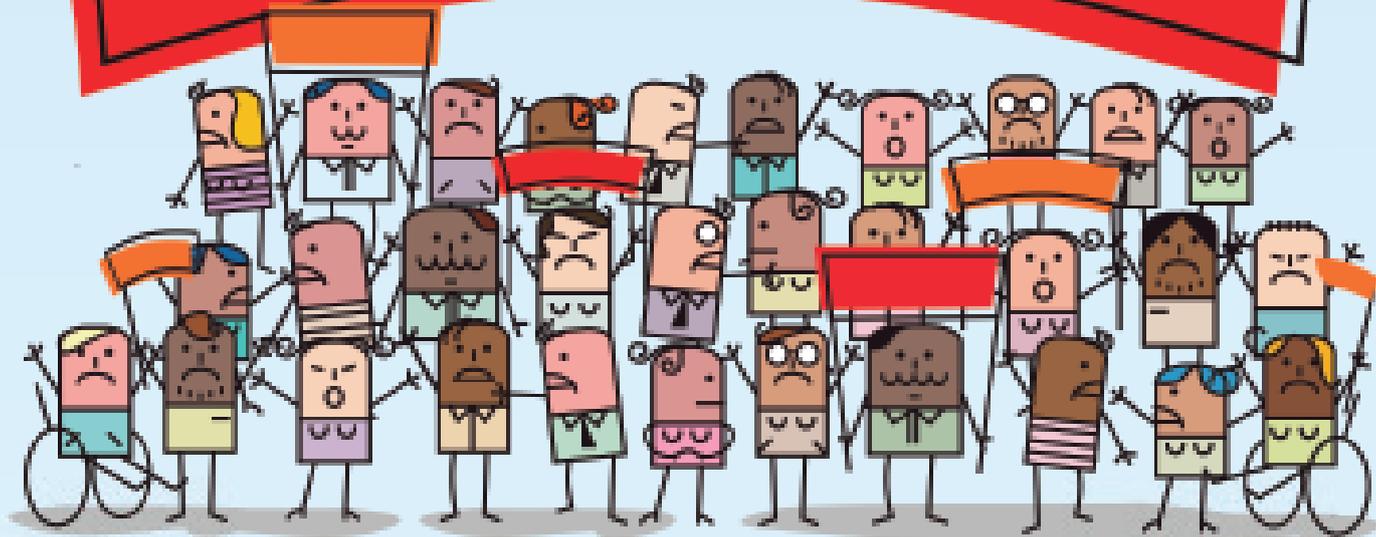
Impressão: Bangraf (11) 2940-6400

Tiragem: 70.000 exemplares



www.contrafcut.org.br
contrafcut@contrafcut.org.br

#vempraluta BANCÁRIO



CAMPANHA NACIONAL DOS BANCÁRIOS 2013



FEDERAÇÕES
E SINDICATOS